



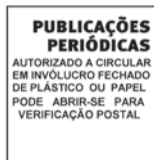
Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Diretor: José Diniz – Ano XLII – JAN 2017 Mensário N.º 480 Preço € 0,70



PADM

PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES



EDITORIAL

“Ano novo vida nova”, é o que se diz. Normalmente faz-se o balanço do ano transato, questionamo-nos se a caminhada de 2016 foi boa ou má nas nossas vidas e nas daqueles que nos acompanharam durante estes últimos 12 meses.

Sem dúvida que acrescentámos mais um ano às nossas vidas e, se calhar, não conseguimos concretizar os objetivos das expectativas que tínhamos no início do ano, nomeadamente, a reposição da justiça social em relação aos nossos direitos. Não esquecendo aqueles que, de entre nós, continuam à espera do “raio de sol” que tarda e que deve ser para todos.

Apesar de tudo, não podemos desistir da exigência, da dignidade e cidadania que todos adquirimos por nascimento e pelas responsabilidades que assumimos durante a vida. Por tudo isto, em consciência sofrida e empenhada nos organizámos em Associação, em 14 de maio de 1974.

Na caminhada da ADFA, prematuramente, alguns já nos deixaram, mas tentamos sempre estar à altura das convicções dos nossos camaradas que partiram antes de nós e cujo testemunho continuamos a honrar na defesa das reparações morais e materiais devidas aos deficientes militares.

Assim, “há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não...”, como escreveu o poeta Manuel Alegre.

Constatamos que o Mundo está muito complexo. Guerras por todo o lado, muitos refugiados, terrorismo, inúmeras (demasiadas) mortes, intolerância, poluição e alterações climáticas com implicações graves no ambiente natural da Terra, nossa casa comum. Em suma, permanentes violações graves dos Direitos Humanos. Como diz António Guterres, novo secretário-geral da ONU, “tudo é imprevisível... Os valores da Paz estão muito vulneráveis. Não podemos ficar indiferentes!” Por esta resiliência a favor dos Direitos Humanos, António Guterres foi distinguido com o Prémio dos Direitos Humanos pela nossa Assembleia da República, em 23 dezembro 2016. Este reconhecimento por parte do Parlamento português deveu-se a todo o trabalho realizado, nomeadamente, a favor dos refugiados, como alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Ressalvando as diferenças, devemos, também, sentir-nos honrados pelo exercício pleno que realizámos na defesa dos nossos direitos, mas também pela nossa entrega, na luta permanente a favor da solidariedade dos cidadãos com deficiência, dos antigos combatentes e das minorias excluídas da sociedade.

Cabe aqui e agora saudar com regozijo a nova medida legislativa adotada pelo Governo liderado pelo primeiro-ministro António Costa, a favor dos cidadãos portadores de deficiência, que se traduz na atribuição de uma pensão, minimamente digna, para mais de 100 mil pessoas com deficiência, perseguindo o nobre objetivo de retirar da miséria estes nossos concidadãos. O jornal ELO deste mês, no prosseguimento de informações anteriores, desenvolve esta matéria com maior profundidade.

Só uma forte e determinada vontade política podia concretizar este resultado. É um Governo com um olhar social que assume dar expressão à ambição e empenho do protagonismo incessante do movimento das pessoas com deficiência em Portugal. A nomeação da Dra. Ana Sofia Antunes como secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas Com Deficiência, uma cidadã com deficiência visual, marcou, de facto, a vontade política deste Governo e dos partidos que o apoiam na Assembleia da República, e que em 20 de setembro de 2016, foi reafirmado, na Sede da ADFA, pela senhora secretária de Estado, que presidiu à celebração do 41º Aniversário da Luta dos Deficientes das Forças Armadas de 1975.

Nada cai do céu. Existe crer e luta permanente. É esta a lição que daqui devemos tirar, neste início de 2017!

Sem dúvida, estamos todos a acreditar cada vez mais na ADFA e por isso reforçamos o paradigma dos nossos propósitos, interpelando-nos: “Finalmente, o que é que eu ainda posso fazer para garantir uma ADFA que exerça com maior intensidade a cidadania... e não esperar, apenas, que a nossa Associação responda ou faça por nós ou por mim?”

Tudo isto começou em 14 de maio de 1974 e mantemos até aos dias de hoje. Aprofundemos a coesão e a unidade associativa. Este é o pilar fulcral e essencial da nossa estratégia contra algum narcisismo doentio, ainda que escasso. Lutemos a favor da participação e do pluralismo, para garantir o compromisso dos desafios que temos de enfrentar a favor da dignidade de todos os associados! Bom ano de 2017!

Direção Nacional

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PORTUGAL EMPENHADO EM CUMPRIR

Estado Português incrementa o pleno exercício da cidadania das pessoas portadoras de deficiência, com medidas governamentais que promovem a inclusão e o combate à pobreza.

SIMPÓSIO COMEMORATIVO ASSINALA 10 ANOS DA CONVENÇÃO PAG 10 E 11



RECONHECIMENTO

PRÉMIO DIREITOS HUMANOS 2016 ATRIBUÍDO A ANTÓNIO GUTERRES PAG 11

CONSELHO NACIONAL DA ADFA

VIDA ASSOCIATIVA EM MARCHA PAG 14 E 15



Livros

por José Diniz



CORAÇÕES IRRITÁVEIS - OS MISTÉRIOS DA GUERRA COLONIAL, UMA VIAGEM A UM TEMPO QUE NÃO TEM FIM

Autor: João Paulo Guerra

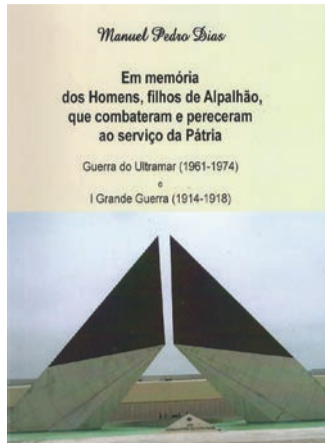
Edição: Clube do Autor, Lisboa, Março de 2016

O autor, um conhecido e premiado jornalista e escritor, resume assim o conteúdo e objetivo deste romance:

"Henrique fez a guerra. Ou foi a guerra que o fez a ele? Adélia levanta a dúvida. Certo é que, décadas após terminarem as guerras coloniais, Henrique, como muitos dos outros 800 mil homens que combateram ainda não assinou o cessar-fogo consigo próprio nem conseguiu apagar as tatuagens da memória. E é assim que, para eles, - e são milhares - a guerra ainda não acabou".

Henrique, um ex-alferes miliciano fez a guerra no Niassa e em Cabo Delgado, em Moçambique, regressou traumatizado e nunca mais foi o mesmo. É a partir desta personagem principal que João Paulo Guerra desenvolve a trama desta ficção, numa linguagem intensa com que compõe situações dramáticas e trágicas de antigos combatentes que, por situações-limite vividos na guerra, voltaram com uma doença silenciosa conhecida por "stress pós-traumático de guerra". Conduz-nos, assim, pelas vidas desconstruídas de vários combatentes, evidenciando a realidade da doença, o reconhecimento tardio da sua existência, o seu carácter contagioso e autodestrutivo. Procura provar também que o stress de guerra não afetou apenas militares com especialidades ligadas diretamente ao combate e com baixas patentes ou reduzida instrução. Encontramos personagens que foram alferes milicianos atiradores, um furriel sapador e outro que viveu o inferno do cerco a Guidaje, um cabo enfermeiro e outro da Polícia Militar, dois soldados atiradores: um que foi prisioneiro de guerra e outro que nunca esteve debaixo de fogo. O que todos tiveram em comum foi a vivência de situações-limite que abalaram a sua robustez psicológica, ficando a ser portadores de uma bomba relógio que poderia rebentar de imediato ou anos mais tarde. Procurou também situar as personagens nos três teatros de guerra, Angola, Guiné e Moçambique. Outra característica que ressalta da leitura deste livro é a de que os combatentes afetados não aceitam a doença e recusam o tratamento, têm uma vida profissional instável, acabando por se isolar, por se entregar à bebida e por procurar um fim para a sua guerra, tão trágico quanto as causas do seu desequilíbrio psicológico.

Se Portugal tivesse uma indústria de cinema forte, os produtores cinematográficos tinham neste livro um excelente argumento para o bom filme.



EM MEMÓRIA DOS HOMENS, FILHOS DE ALPALHÃO, QUE COMBATERAM E PERECERAM AO SERVIÇO DA PÁTRIA

Autor e editor: Manuel Pedro Dias
Alpalhão, Novembro de 2016

O autor tem sido um investigador incansável de pequenas-grandes facetas dos conflitos bélicos em que Portugal esteve envolvido no Séc. XX. Oferece-nos agora este pequeno volume dividido em "dois capítulos principais, sendo o primeiro dedicado aos cinco "filhos" legítimos e um adotivo da vila de Alpalhão, que faleceram na Guerra do Ultramar e que contribuíram, infelizmente, para engrossar a longa lista de cerca de nove mil. O segundo capítulo é destinado, também em jeito de homenagem, aos naturais da vila de Alpalhão que participaram naquele que foi um dos maiores conflitos bélicos da humanidade, a I Grande Guerra (1914 - 1918). (pg. 5-6).

De cada um dos alpalhoenses mortos na Guerra Colonial é apresentada uma fotografia e uma pequena biografia com as circunstâncias da sua morte. No capítulo dedicado à I Grande Guerra o autor procura dar notícia de todos os filhos de Alpalhão que participaram naquele conflito em terras da Flandres.

OFERTA DE LIVROS

Registamos a oferta dos seguintes livros ao CDI:

Oferecidos pelo associado António Capela Gordo:
MX-11-26: Desbravando as Silenciosas Picadas dos Dembos/Aniceto Pires; Irresponsáveis/Camilo Lourenço; Breve Ensaio sobre a Regionalização: um exercício de reflexão/António Rocha; Justiça, Democracia e Liberdade: Crónicas/António Carvalho.

Oferecidos pelo associado Luís Pereira:
Uma Pequena História do Mundo/E.H.Gombri; Retrato de uma Espia/Daniel Silva; Salazar/Filipe Ribeiro de Menez; História do Mundo/Andrew Marr; Hitler: uma biografia/Ian Kershaw.

Oferecidos pelo editor da Parsifal, Dr. Marcelo Teixeira:
A Inscrição dos Dias: cartas para Q./Pedro Martins; Revolução e Contra-Revolução em Portugal (1974-1975)/Armando Cerqueira; Pavel: um homem não se apaga/Edmundo Pedro; Varela Gomes: biografia/António Louça; Vítor Alves: o homem, o militar, o político/Carlos Ademar.

Associados Falecidos

O ELO APRESENTA SENTIDAS CONDOLENCIAS ÀS FAMÍLIAS ENLUTADAS



Luis Rui Pereira Jesus Azevedo, associado 917, natural da Freguesia de Lordelo do Ouro do concelho do Porto, residente na freguesia de S. Pedro do concelho do Funchal. Serviu na CCaç 2367 na Guiné. Faleceu no dia 24 de Setembro de 2014, com 68 anos.



Maria Catarina Nunes Ferreira Canha, associada 14092, natural da freguesia de Paul do Mar do concelho da Calheta, residente na freguesia de Estreito de Câmara de Lobos do concelho de Câmara de Lobos. Era viúva do associado 9894, Eduardo Barros Canha Júnior falecido em Janeiro de 1998. Faleceu no dia 12 de Março de 2015 com 67 anos.



Carlos Campos Lopes, associado 17268, natural e residente na freguesia de Mundão do concelho de Viseu. Serviu no Ultramar onde foi ferido em combate, desenhando-se a Unidade a que pertenceu. Faleceu a 16 de Outubro de 2016 com 74 anos.



Edmundo Pereira Silva, associado 8510, natural da freguesia e concelho de Chaves, residente na freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso do concelho de Vila Nova de Gaia. Serviu na Escola Base de Paraquedistas onde sofreu acidente em serviço. Faleceu a 19 de Outubro de 2016 com 85 anos.



Américo Fonseca Martins, associado 6122, natural e residente na freguesia de Fânzeres do concelho de Gondomar. Serviu na CCaç 450 do BCaç 451 em Angola. Faleceu a 30 de Outubro de 2016 com 73 anos.



João Filipe Brás Fontes Frade, associado 2940, natural de Leopoldville - Congo Belga, residente na freguesia de Sacavem do concelho de Loures. Serviu na 35.ª Companhia de Comandos. Faleceu no dia 16 de Novembro de 2016 com 68 anos.



Eduardo Francisco Gomes Silva, associado 14257, natural da freguesia de Perafita do concelho de Matosinhos, residente na freguesia de Vilar do Pinheiro do concelho de Vila do Conde. Serviu na 22.ª Companhia de Comandos em Angola. Faleceu a 19 de Novembro de 2016 com 69 anos.



Eduardo Amorim Santos Batista, associado 13066, natural e residente na freguesia e concelho de Alijó. Serviu no Grupo de Dragões de Angola em Angola. Faleceu a 22 de Novembro de 2016 com 79 anos.



António Marinho, associado 15809, natural da freguesia e concelho de Leiria, residente na freguesia de Santo António dos Olivais do concelho de Coimbra. Era deficiente em serviço, não dispondo o ELO de elementos acerca da Unidade onde prestou serviço militar. Faleceu a 23 de Novembro de 2016 com 69 anos.



José Fernandes Ornelas, associado 6939, natural e residente na freguesia de S. Martinho do concelho do Funchal. Serviu na CCaç 2447 em Moçambique. Faleceu a 25 de Novembro com 69 anos.



Manuel Correia Oliveira, associado 8534, natural da freguesia de Treixedo do concelho de Santa Comba Dão, residente na freguesia de Anunciada do concelho de Setúbal. Serviu na CCaç 1507 na Guiné. Faleceu a 26 de Novembro de 2016 com 67 anos.



Mário Gonçalves, associado 4733, natural da freguesia de Moreira de Rei do concelho de Fafe, residente na freguesia e concelho de Maia. Serviu na CCaç 2905 na Guiné. Faleceu a 26 de Novembro de 2016 com 68 anos.



Albano Gomes, associado 1711, natural da freguesia de Lagarteira do concelho de Ansião, residente na freguesia de Avenidas Novas do concelho de Lisboa. Serviu na CCaç 317 em Angola. Faleceu a 05 de Dezembro de 2016 com 76 anos.

Novos Associados

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

MANUEL JORGE MOREIRA
ANTÓNIO CANÁRIO DIAS
MARIA NEVES PAZ
LAURINDA SANTOS MARQUES

ARLINDO CARVALHO FERREIRA
MARCELINO MATIAS
MANUEL INÁCIO RAMOS

Episódios

pelo director

ANO DE TRABALHO INTENSO

UM ESPAÇO VAZIO

Como anunciou no último número, o nosso colaborador e associado Manuel Bastos deixou de ocupar este espaço que tanto enriqueceu com a sua prosa inconfundível, com as suas histórias de guerra e de amor em que sempre pontificava a Zulmira (ainda um dia havemos de saber quanta ficção e quanta realidade há nesta personagem!). Sempre me delicieei com a leitura dos seus artigos, sobretudo aqueles cujo cenário era Aguium, terra natal do autor, e em que descrevia cenas da vida da aldeia com a linguagem e os termos usados há 50 anos. Fazia-me voltar aos tempos da meninice e da juventude vividos não muito longe dali. Por isto posso ser suspeito, mas gostei de tudo o que o MC Bastos deixou grafado nesta página ao longo de 15 anos. Os dedos de uma mão chegam e sobram para contar os seus críticos; e mesmo esses reconhecem a inegável qualidade literária dos seus artigos.

A seguir à primeira e última páginas, esta é o espaço mais nobre do ELO e, tradicionalmente, é ocupado pelo Editorial e por mais um ou dois textos que tenham qualidade formal e de conteúdo. Por isso vai ser difícil preenchê-lo durante os meses em que o MC Bastos estiver ausente e esperamos que não sejam muitos. Entretanto, havemos de arranjar uma solução transitória.

UM ANO EM REVISTA

Ao folhear os números do ELO publicados em 2016 damos conta da dimensão da nossa Associação e das atividades desenvolvidas. Depois do processo de revisão estatutária que culminou em dezembro de 2015, o ano de 2016 começou bem mexido em toda a ADFA com a constituição de listas de candidatos e a sua apresentação para o ato eleitoral de 20 de fevereiro para os Órgãos Nacionais e de Delegação. Mais uma vez ficou demonstrado que a ADFA está bem viva com a participação de mais de 2.000 associados na eleição dos atuais Órgãos associativos.

A par do processo eleitoral o mês de fevereiro foi bem ativo, para não dizer frenético, quase não deixando tempo para a campanha eleitoral. A Associação recebeu a visita do Presidente da República cesaente, Prof. Aníbal Cavaco Silva, que veio despedir-se dos deficientes militares e deixar uma última mensagem que se pode traduzir na seguinte afirmação: "Todos temos uma dívida moral e material para com estes homens". Na sessão solene que então teve lugar, o Ministério da Defesa Nacional (MDN), pela voz da Dr.^a Isabel Madeira, diretora dos Serviços de Saúde e Assuntos Sociais daquele Ministério, fez a apresentação do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM). No mesmo ato o Presidente da República agraciou o Presidente da Direção Nacional, José Arruda com o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Mas o mês começou com a audiência com o novo Ministro da Defesa Nacional,

Prof. Azeredo Lopes, em que foram passados em revista os assuntos mais prementes que a ADFA quer ver resolvidos. No dia 22 dava os primeiros passos o projeto de utilização da Quinta das Camélias no âmbito do acordo celebrado entre a ADFA e a Câmara Municipal de Lisboa: a inauguração do Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados. Estava também aberto o caminho para a finalização do processo de aquisição daquele antigo prédio militar por parte da ADFA. As negociações com a autarquia lisboeta continuaram e no dia 25 de novembro foi assinado um protocolo específico com o Pelouro dos Direitos Sociais da CML, que define as linhas gerais para concretizar o projeto da ADFA na Quinta das Camélias. Para maior esclarecimento sobre este assunto podem os associados ler o documento do Conselho Nacional publicado na pág. 15. Entretanto sabemos que nos últimos dias do ano a Assembleia Municipal aprovou o contrato promessa referido naquele documento.

Ainda faltava que os Órgãos eleitos tomassem posse, o que aconteceu no dia 24 com a devida solenidade a que presidiu o Secretário de Estado da Defesa Nacional (SEDN), Dr. Marcos Perestrelo, que trouxe palavras de incentivo e de empenhamento para "percorrer" os caminhos ainda por desbravar e elencou os assuntos prioritários que vão merecer a sua atenção.

Face a fevereiro, o mês de março foi de alguma acalmia, se é que podemos chamar calmo o dia-a-dia da Direção Nacional (DN). Houve que preparar a Assembleia-Geral a realizar em Abril e continuar a falar com o MDN, designadamente com o Secretário de Estado. Mas houve dois grandes acontecimentos onde a ADFA marcou presença: a tomada de posse do Presidente da República eleito, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, e o seu primeiro contacto com as Forças Armadas de que é o Comandante Supremo.

Abril é tempo de romagem ao Mosteiro da Batalha para celebrar o Dia do Combatente e lá esteve a Associação com o seu estandarte a desfilar e a evocar os mortos em combate junto do túmulo do Soldado Desconhecido. Também foi tempo de celebrar Abril dentro e fora de portas e de os associados se reunirem em Assembleia-Geral Nacional para apreciar e aprovarem o Relatório e Contas de 2015, bem como de renovarem o mandato da Direção Nacional para continuar a reivindicar os direitos dos DFA junto das várias instâncias do Poder. Esta reunião magna também deu poderes ao executivo da ADFA para a conclusão do processo "Quinta das Camélias".

Se em abril se celebrou a Revolução dos Cravos, em maio foi tempo de festa na ADFA, uma filha dileta de Abril. A sessão solene comemorativa do 42.º aniversário foi presidida pelo SEDN, que anunciou o arranque de algumas das medidas prioritárias que enumerara em Fevereiro: a constituição de uma Equipa de Projecto para a elaboração de uma Proposta de

Lei da "Carta Magna dos Deficientes Militares" e de um Grupo de Trabalho para proceder à revisão do Estatuto do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa.

Na edição de julho o ELO titulava na primeira página "A nossa Condição Militar" (também a dos deficientes militares), tema que esteve subjacente ou foi expressamente enunciado nos eventos ocorridos em junho, que foi o tempo de celebrar Portugal. A ADFA marcou presença no grandioso cenário do Terreiro do Paço, na tribuna de honra e no desfile, bem como no Encontro Nacional de Combatentes, em Belém. Outra forma de celebrar Portugal foi a homenagem prestada ao General Ramalho Eanes, um Amigo incondicional da ADFA, o primeiro Presidente da República democraticamente eleito depois do 25 de Abril: o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou-o com o Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique e as Forças Armadas distinguiram-no com uma Espada de Honra. Entretanto a DN voltou ao Restelo para entregar o Caderno Reivindicativo aprovado pela Assembleia-Geral ao SEDN e ao General CEMGFA.

O verão é tempo de calor e de férias. Quase sempre na ADFA a "temperatura" também aquece e é preciso ter um piquete de serviço em vigilância, com o José Arruda à frente. Este verão não foi exceção e um "foco de incêndio" teimou em ser extinto: foi o problema do fornecimento de produtos de apoio que atravessou todo o verão e ainda não está completamente "apagado". Os títulos do ELO faziam eco dessa emergência: "Sempre Alerta na Defesa dos Direitos dos Deficientes Militares", "Não nos Podemos Calar", "Repórter a Confiança". Na verdade a DN desdobrou-se em diligências junto do HFAR, do Laboratório Militar, dos Chefes Militares, do MDN, da Presidência da República.

Outros acontecimentos marcaram a vida da Associação nos últimos meses do ano. A participação na comemoração do Dia Internacional da Paz, compartilhando a organização da Marcha e da Corrida dos Combatentes pela Paz, onde figuraram muitos associados e amigos da ADFA. Mais uma vez se evocou a luta dos deficientes das Forças Armadas em setembro de 1975, cerimónia que contou com a presença da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Dr.^a Ana Antunes. Em 23 de novembro o ELO celebrou o seu 42.º aniversário com a solenidade que merece. As reuniões dos grupos encarregados da elaboração das propostas sobre a Carta Magna e sobre o Regulamento do Lar Militar seguiram a sua agenda e a DN foi auscultando as Delegações sobre estes temas, as quais, por sua vez, ouviram os associados. Os debates parlamentares sobre o Orçamento do Estado para 2017 foram acompanhados a par e passo, com intervenções atempadas da DN junto da Comissão Parlamentar de Defesa e dos diferentes Grupos Parlamentares. Com a aproximação do Dia Internacional da Pessoa com Defi-

ciência, foram acontecendo iniciativas em que a ADFA participou: debate parlamentar sobre deficiência; comemoração dos 10 anos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Gala da Inclusão em Leiria.

Mas a ADFA não foi só Lisboa. O ELO refletiu bem as múltiplas atividades em que as Delegações estiveram envolvidas, como promotoras ou participantes. Não podemos deixar de referir as obras na Delegação do Porto, que marcham a bom ritmo, a realização de um sonho de há muitos anos. O ressurgimento da Delegação de Castelo Branco, que não foi a votos em fevereiro, com a realização de uma muito participada Assembleia-Geral, em julho, e a eleição dos seus órgãos sociais, em outubro. Teve grande repercussão a "Exposição Fotográfica sobre a Guerra Colonial" promovida pela Delegação de Coimbra e que esteve patente na Biblioteca Municipal de Anadia. A Delegação de Lisboa também não parou na promoção de múltiplas atividades de recreio e de cultura que, diariamente, chama os associados ao convívio. Para a Delegação de Faro foi um ano de rejuvenescimento e de afirmação local. A Delegação dos Açores celebrou com a Zona Militar dos Açores uma parceria que vai permitir alargar o âmbito da ação social da ADFA naquela Região Autónoma. Os tradicionais passeios turísticos que todas as delegações realizaram são outro ponto de bom convívio e momentos de cultura. Podemos dizer que o ano terminou em apoteose na época natalícia com as festas de convívio em todo o País, onde os dirigentes regionais primam em reunir grande número de associados e familiares e fazem questão de ter a seu lado as forças vivas locais e os dirigentes nacionais.

A OBRA QUE FALTAVA

Quando a ADFA começou a idealizar o programa da comemoração dos 40 anos, teve o arrojo de incluir a edição de um livro com a História da Associação. Os trabalhos iniciaram-se em 2012 com a recolha de depoimentos, pesquisas e distribuição de tarefas. Cedo se verificou da impossibilidade de tal empreendimento ser concluído a tempo da celebração dos 40 anos. Era um objetivo demasiado ambicioso para tão pouco tempo. Mas os trabalhos não pararam e ainda bem que não houve precipitações para a sua conclusão, pois, de contrário, sairia um resultado coxo e em cima do joelho, e deficientes já temos que chegue nesta Casa. 2016 foi de trabalho intenso na redação e revisão dos capítulos que foram tomando forma. O projeto está quase a chegar ao fim e podemos dizer, com bastante certeza, que em maio teremos a História da ADFA passada a escrito. Ela será um testemunho forte das lutas e conquistas dos deficientes militares e também uma marca indelével na viragem do movimento dos deficientes em Portugal, no período pós-revolucionário e na Democracia em Portugal.

Delegações

PORTO

CONVÍVIOS DE NATAL

VILA REAL



FOTO DELEG. PORTO

Nas faldas do Marão, mais precisamente na Campeã, teve lugar no dia 17 de dezembro, o Convívio de Natal de associados e familiares no Regimento de Infantaria de Vila Real.

A concentração dos participantes fez-se junto à Igreja da Campeã, onde se realizou uma missa pelos associados falecidos. Daí partiram para o restaurante no Largo da Feira, onde se realizou o almoço que sentou à mesa mais de sessenta associados e familiares. O José Martins animou a festa com a sua concertina, depois de todos terem saboreado a gastronomia local confeccionada a partir dos produtos regionais, regados com um bom vinho e complementados com sobremesas doces. Para o próximo ano os associados de Sabrosa assumiram o compromisso de levar este convívio às terras de Miguel Torga, e certamente constará do programa conhecer um pouco mais da grandeza deste filho da terra. O convívio deste ano foi organizado pelos associados Clemente Morais e José Martins.

ARCOS DE VALDEVEZ

A bonita Vila de Arcos de Valdevez acolheu no dia 11 de dezembro a centena de associados e familiares que participaram no Convívio de Natal do distrito de Viana do Castelo.

A concentração fez-se logo pela manhã, no centro da Vila, já próximo da Igreja da Misericórdia onde foi celebrada uma missa em memória dos associados “que não estão entre nós”, alguns dos quais marcavam sempre presença nestes encontros.

O almoço teve lugar num restaurante local com uma ementa em que não faltaram as iguarias da região,

servido em ambiente de grande confraternização porque em Arcos de Valdevez se viveu uma grande manifestação associativa.

Ano a ano esta iniciativa vai passando por cada um dos concelhos do distrito de Viana do Castelo, pelo que em 2017 caberá a outros associados a sua organização.

A organização foi dos associados Artur Azevedo e Manuel Portas, tendo contado com o apoio de Ana Maria Portas, filha deste último, que primaram para que os participantes levassem para casa uma boa recordação deste dia.

O conselheiro Celestino Fonseca e o presidente do Núcleo de Santa Maria da Feira, Manuel Faria, também se juntaram a esta confraternização.

AROUCA



No primeiro dia do mês de dezembro, os associados de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga, a que se juntou o associado Fernando Farreca, de Oliveira de Frades, confraternizaram no restaurante de Chão de Ave, como é tradicional.

Este ano foram 30 os participantes e da ementa constavam os sabores da cozinha regional. O ambiente foi, como sempre, de convívio e camaradagem.

Afonso Almeida encarregou-se uma vez mais de organizar a confraternização, o Durval deu a sua “ajudinha” e partiu o bolo da festa, já que foi o iniciador, há muitos anos, destes encontros.

Para o próximo ano, ficou o desejo de que esta iniciativa volte a repetir-se.

NÚCLEO DA FEIRA

O Núcleo da ADFA em Santa Maria da Feira teve como propósito descentralizar o convívio de Natal deste ano, realizando-o em Ovar.

No dia 8 de dezembro, como já é tradicional, os associados e familiares afetos a esta estrutura local da ADFA confraternizaram num almoço que contou com um numeroso grupo de participantes.

A Direção do Núcleo, constituída pelos associados Manuel Faria, Alcino Andrade e Alberto Conceição, não regateou esforços para que os presentes se sentissem bem e desfrutassem de um dia bem passado.

CHAVES



O Núcleo da ADFA em Chaves promoveu no dia 17 de dezembro o Convívio de Natal, iniciativa que todos os anos faz parte do seu plano de actividades.

A concentração dos participantes fez-se na sede do Núcleo, de onde partiram para o local do almoço num restaurante na Veiga da Granja.

Cerca de uma centena de associados e familiares marcou presença, a Câmara Municipal de Chaves associou-se através de um dos seus vereadores que dirigiu uma saudação antes do almoço e o Regimento de Infantaria de Chaves fez-se representar pelo major André Barros. No almoço não faltaram os produtos da gastronomia local.

A animação esteve a cargo de um grupo de concertinas de Montalegre, criando um ambiente de boa disposição e sã camaradagem.

O partir do bolo da festa foi um momento para reunir todos os associados que já tiveram responsabilidades na gestão deste Núcleo, tendo sido uma demonstração da sua coesão e unidade associativa.

Esta estrutura local da ADFA tem-se afirmado nos concelhos do Alto Tâmega, representando bem a ADFA.

Campanha angariação de fundos

Neste início de ano é altura para fazer o balanço desta campanha que teve início em julho e se prolongará por 2017.

A Direcção da Delegação do Porto agradece aos quase 600 associados que já contribuíram e apela aos que ainda o não fizeram para que, dentro das suas possibilidades, contribuam para esta causa associativa que só será possível com o apoio de todos.

Na passagem deste 42º aniversário, foi criado um prato alusivo ao “Palacete Cor-de-Rosa”, com a mensagem “Uma casa para todos – com o contributo de todos” que nos convívios de Natal foi adquirido por muitos associados, aos quais se agradece este gesto. Esta peça continua à venda na Delegação, sendo a sua receita destinada às obras em curso.

Continuamos a lembrar a conta que acolhe os donativos de todos os que querem participar:

IBAN – PT50 0035 0214 00026507 530 67.

Os donativos de associados de outras Delegações são bem-vindos e representam gestos de solidariedade para com a Delegação do Porto.



Delegações

PORTO

42º aniversário da Delegação do Porto

FOTO DELEG. PORTO



A Delegação do Porto foi institucionalmente criada em 7 de dezembro de 1974, mas entre o "25 de Abril" e aquela data os Deficientes das Forças Armadas que tinham regressado às suas terras e os que ainda se encontravam nos hospitais militares em Lisboa desenvolveram um processo de contactos pessoais, de porta a porta ou encontros de café, com vista à sua reabilitação.

A mobilização fez crescer o entusiasmo pela criação de uma estrutura local da ADFA que corporizasse os princípios e valores de um projecto mobilizador e respondesse aos problemas que enfrentavam nas suas vidas, o que tornou imperioso encontrar o espaço onde instalar a sede da Delegação.

Enquanto decorria a procura de instalações adequadas, os Deficientes das Forças Armadas da área do Porto manifestaram desde logo uma forte vontade de romper com o "centralismo do Estado Novo" que concentrava toda a capacidade de decisão em Lisboa, pugnando pela descentralização da ADFA. Assim se compreende que a maior parte deles tenha aguardado pela criação da Delegação para, somente depois, efectivarem a sua inscrição como associados da ADFA.

A fundação da Delegação concretizou-se numa reunião realizada no Regimento de Infantaria n.º 6, actualmente

Escola Prática de Transmissões, em 7 de dezembro de 1974, marco histórico que é assinalado todos os anos com um programa que pretende expressar a vontade e a afirmação associativa que envolveu esse acontecimento.

O programa deste ano teve início com uma cerimónia singela realizada à entrada das instalações, "hastear das bandeiras", sob o olhar sentido de muitos associados e ao "toque aos Mortos", por um militar da fanfara de Coimbra, em memória dos associados falecidos. À noite, na Fundação Cupertino de Miranda na Cidade do Porto, teve lugar o jantar comemorativo do 42º Aniversário com a presença de muitos associados, colaboradores da Delegação, representantes dos Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações de Bragança, Vila Nova de Famalicão, Coimbra, Viseu e Lisboa, entidades Cívicas e Militares.

A data era de festa e por isso sentiu-se um ambiente de convívio, em que se juntou a gastronomia ao associativismo.

Nas intervenções, o presidente da Direcção, Abel Fortuna, saudou os presentes e agradeceu aos convidados: Isabel Madeira, do ministério da Defesa Nacional, major-general Pedro Melo, do Comando do Pessoal do Exército, António Gouveia, presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, Fernando

objectivo não porá em causa o empenho da Delegação pelas reivindicações justas e legítimas dos deficientes militares, sendo isso uma questão de princípio.

Apelou ao apoio dos associados para a campanha de angariação de fundos, deixando o agradecimento aos que já contribuíram e apelando aos que ainda não o fizeram para que o façam, dentro das suas possibilidades.

Usou ainda da palavra Isabel Madeira para, em nome do diretor da Direcção-Geral de Recursos e da Defesa Nacional, expressar felicitações à Delegação pelo trabalho desenvolvido. Interveio também o representante da Câmara Municipal do Porto, Fernando Moreira, para manifestar o apoio do município às obras do Palacete Cor-de-Rosa, que disse já conhecer e considerar tratar-se de um projecto "muito bonito", deixando o compromisso de uma cooperação futura com a Delegação em consonância com a vontade já manifestada pelo presidente da autarquia, Rui Moreira e pelo vereador da Habitação e Acção Social, Manuel Pizarro.

O presidente da Direcção Nacional, José Arruda, usou da palavra para felicitar os Órgãos Sociais da Delegação por mais este aniversário e o presidente da Mesa da Assembleia-Geral Nacional, Mano Póvoas, também um dos fundadores da Delegação, para fazer algum historial sobre as origens da Delegação e apresentar a sua disponibilidade para colaborar na concretização do desafio apresentado pelo presidente da Delegação. Marcou presença ainda neste evento o presidente do Conselho Fiscal Nacional, Carlos Pereira.

Com o partir do bolo de aniversário encerrou-se esta jornada associativa marcada pelo brio e gosto que transpareceu da participação dos associados da Delegação.

Moreira, da Câmara Municipal do Porto, coronel António Melo, do Centro de Apoio Social do Porto do IASFA, João Carmo, do Laboratório Militar, coronel José Belchior, do Núcleo do Porto da Liga dos Combatentes, e Jerónimo de Sousa, do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Afirmou de seguida que se comemorava este aniversário num tempo em que a Delegação enfrentava um desafio para fazer face ao futuro, consistindo esse desafio em criar condições funcionais para sustentar o projecto de desenvolvimento estratégico da Delegação.

Este projecto disse consistir na reabilitação do Palacete Cor-de-Rosa para instalar o Centro Associativo e Social do Porto (CASP), onde funcionarão os serviços associativos e a Sede da Delegação, assim como também a remodelação e ampliação das actuais instalações para criar o Centro de Apoio Integrado do Porto (CAIP).

Realçou que a concretização deste

Exposição - Venda



Os trabalhos em cerâmica dos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais estiveram expostos de 12 a 19 de dezembro. Muitos foram adquiridos e outros encontram-se à venda no Bar da Delegação.

Núcleo de Santa Maria da Feira

No dia 20 de janeiro, o Núcleo da ADFA em Santa Maria da Feira, participa no cortejo das Fogaças.

No final do mesmo, associados e familiares estão convidados para comparecerem na sede do Núcleo, onde decorrerá uma confraternização associativa.

Delegações

LISBOA

Oferta de cadeiras de rodas



O desafio surgiu no estrangeiro. Os militares norte-americanos lançaram o repto nas redes sociais aos cidadãos para, em honra dos veteranos de guerra, cumprirem 22 flexões. Um exercício que não só faz bem à saúde como motiva o respeito pelos que tudo deram pela Pátria.

O desafio foi continuado pela Marinha Portuguesa que exortou os portugueses a associarem-se a uma causa em prol dos veteranos nacionais e de todos aqueles que diariamente têm profissões de risco.

A Brigada Mecanizada associou-se a este movimento e os militares materializaram a sua solidariedade através da aquisição de equipamento (cadeiras de rodas) que ofereceram à ADFA. O major João Silva Tavares esteve na Sede Nacional da ADFA, no dia 20 de dezembro, e foi recebido pelo presidente da DN, José Arruda, e pelo presidente da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, aquando da entrega daquele equipamento.

A ADFA agradece à Brigada Mecanizada e saúda o seu exemplo de solidariedade, lembrando a importância desta iniciativa e realçando "o reconhecimento e o respeito destes homens e mulheres militares no ativo, que não esquecem o nosso sacrifício pela Pátria".

Descontos na Farmácia Matos Viegas

A Farmácia Matos Viegas, na Avenida Rainha Dona Amélia, em Lisboa, informou a ADFA que desde o dia 2 de janeiro faz os seguintes descontos aos colaboradores e associados: medicamentos adquiridos com receita médica - 5% e produtos ou medicamentos não adquiridos com receita médica - 10%.

Agradecimento

A Direção da Delegação de Lisboa agradece a generosidade de todos os seus associados que quiseram corresponder ao apelo da Direção da Delegação de Lisboa com um donativo para equipar a nossa clínica e para apoiar muitos dos nossos Associados mais carenciados, sobretudo daqueles que ainda não têm o seu processo concluído.

Feliz ano de 2017

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa desejam a todos os seus associados, familiares e amigos um bom ano de 2017.

"Estamos conscientes de que não há anos totalmente fáceis, mas todos nós, que já enfrentamos anos muito difíceis, somos especialistas em ultrapassar os maus momentos e, por isso, com esforço e solidariedade para que neste ano tudo seja mais fácil", realça o presidente da Direção da Delegação, Francisco Janeiro.

Almoço de Natal



A Delegação de Lisboa realizou o seu almoço de Natal, com associados, familiares e amigos, no dia 17 de dezembro, no restaurante da Sede, em Lisboa.

Como sempre, foi um convívio muito afetivo entre todos os presentes.

Aulas de Ginástica

A Direção da Delegação de Lisboa informa os associados que já começaram as aulas de Ginástica na Sede da ADFA, em Lisboa.

Os associados que estiverem interessados nas aulas de Ginástica podem inscrever-se nos Serviços Clínicos da Delegação de Lisboa.

Aulas de Hidroginástica no Lar Militar

A Direção da Delegação de Lisboa informa os associados que estão a decorrer aulas de Hidroginástica na piscina do Lar Militar.

Os associados que estiverem interessados nas aulas de Hidroginástica podem inscrever-se no Secretariado da Delegação de Lisboa, pelo número 217 512 615.

Atividades ocupacionais gratuitas

Estão abertas as inscrições para diversas atividades ocupacionais gratuitas disponíveis na Delegação de Lisboa.

Decorreram, com capacidade esgotada pelo elevado número de inscrições, as sessões da formação para iniciados na área de Informática, com o monitor António Louro.

As aulas serão retomadas em final de janeiro de 2017, em datas a definir.

CALENDÁRIO E HORÁRIO DAS ATIVIDADES:

Yoga do Riso - 4ª feira das 15h00 às 16h00, com o monitor: associado António Fernandes; Aulas de Fotografia - em fevereiro - dias/horas ainda a definir; Chávena de Conversa - segunda 5ª feira de cada mês, das 15h00 às 17h00, com o monitor: associado Sá

Flores; Aulas de Pintura - 4ª feira, das 10h00 às 12h30, com os monitores: Joana Ramalho e Diogo Oliveira; Aulas de Cerâmica - 4ª feira, das 14h00 às 16h30, com os monitores: Rui Machado e Diogo Oliveira.

Para informações ou inscrições, os interessados devem contactar o Serviço de Ação Social da Delegação de Lisboa (Ana Machado, assistente social), pelos números 917 365 357 ou 217 512 622 ou pelo endereço eletrónico servico.social@adfa-portugal.com. Podem ainda obter informações ou inscrever-se no Secretariado da Direção da Delegação de Lisboa (Isabel Franco, administrativa), pelos números 925 987 469 ou 217 512 615, ou através do endereço eletrónico direcao.del.lisboa@adfa-portugal.com.

As atividades "Chávena de Conversa" e as Aulas de Pintura e de Cerâmica fazem parte do projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, IP.



Serviços da Delegação

SECRETARIADO DA DELEGAÇÃO

- APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS E AOS NÚCLEOS

Isabel Franco - direcao.del.lisboa@adfa-portugal.com

Telefones 217 512 615 ou 925 987 469

Fax 217 512 611

SERVIÇOS CLÍNICOS

Ana Paula Vicente

servicos.clinicos@adfa-portugal.com

Telefone 217 512 600 - Tecla 2

A Delegação de Lisboa disponibiliza aos associados serviços de pédicure, calista, manicura e depiladora nos Serviços Clínicos da ADFA, na sede, em Lisboa.

Os interessados podem fazer marcações através de Sandra Henriques, pelo número 962 971 437. Disponibilidade: todos os dias, mediante marcação prévia. A profissional tem possibilidade de deslocar-se, conforme o local e a hora da marcação.

SERVIÇO DE APOIO AOS SÓCIOS, SERVIÇO DE SECRETARIA/ATENDIMENTO

Pedro Rodrigues e Maria Inês Martins

ines.martins@adfa-portugal.com;

secretaria.lisboa@adfa-portugal.com

Telefone 217 512 600 - Tecla 1

SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL

Dra. Ana Machado (assistente social)

servico.social@adfa-portugal.com

Telefone 217 512 600 - Tecla 3

SERVIÇOS JURÍDICOS

Dra. Inês de Castro (advogada)

Por marcação prévia na secretária da Delegação de Lisboa

i.castro@adfa-portugal.com ou

gabjur.adfa.lisboa@gmail.com

Fax 217 512 660

SERVIÇO DE PSICOLOGIA

Dra. Teresa Infante - t.infante@adfa-portugal.com

HORÁRIO DOS SERVIÇOS

Das 9h00 às 17h30

Morada: Av. Padre Cruz, edifício ADFA, 1600-560 Lisboa

Telefone 217 512 600

Fax 217 512 611

Delegações

LISBOA

Gabinete do Utente no HFAR

A Delegação informa os associados que quiserem marcar consulta no Hospital das Forças Armadas (HFAR), em Lisboa, que o número de telefone para o efeito é 217 519 697.

Núcleo de Sintra em actividade

O Núcleo da ADFA em Sintra disponibiliza diversas atividades aos associados, familiares e amigos:
Informática (básico) - segundas e sextas, das 15h00 às 17h00;

- Música (solfejo, flauta, e bandolim) – terças, das 10h00 às 12h00;
- Pintura a óleo – terças, das 15h00 às 17h00;
- Jogos tradicionais (sueca, damas, dominó) – quartas, das 15h00 às 17h00
- Yoga do riso – quintas, das 15h30 às 16h30
- Tapetes de arraiolos – quintas, das 10h00 às 12h00
- Flores porcelana a frio e bainhas abertas - terças e sextas, das 10h00 às 12h00
- Tertúlia de poesia (tertuliana) - primeira quinta-feira de cada mês - direção e fundação de ana martins - belamatias@netcabo.pt.

Contemplanção e Vida



FOTO DELEG. LISBOA

A Exposição de Pintura e Cerâmica "Contemplanção e Vida" foi inaugurada no dia 16 de dezembro e esteve patente até ao dia 22 de dezembro, no átrio de entrada do Edifício Sede da ADFA, em Lisboa.

O presidente da Direção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, e o presidente da Direção Nacional, José Arruda, receberam os associados, familiares, amigos e colaboradores na inauguração da exposição, elogiando os trabalhos dos alunos dos Cursos de Pintura e Cerâmica, coordenados pela assistente social Ana Machado e dinamizados pelos monitores Joana Ramalho, Diogo Oliveira e Rui Machado.

Os autores das obras participaram ativamente neste evento cultural "especial", que também incluiu a exposição de obras de pintura do monitor diogo oliveira e de um ex-aluno, o médico João Barros Silva. Este projecto é co-financiado pelo programa de financiamento a projectos pelo INR, IP.

COIMBRA

Almoço natalício



No passado dia 17 de dezembro cumpriu-se a tradição e a Delegação de Coimbra promoveu mais um almoço de Natal, que contou com mais de duas centenas e meia de associados e familiares. Honrosa foi a presença de José Arruda, presidente da Direção Nacional.

A festa teve lugar no restaurante "os Patinhos" que, como habitualmente, recebeu com esmero toda a comitiva. No decorrer do almoço, o presidente da Delegação de Coimbra, José Soles Girão, fez uma breve intervenção de que se pode destacar:

- A necessidade cada vez maior de uma forte coesão dos associados à Direção da Delegação e desta à Direção Nacional, para que no futuro sejam devidamente acautelados os nossos direitos, consignados em legislação dispersa, mas vigente.
- A necessidade cada vez mais premente de que se entenda o Decreto-Lei 43/76, como a lei base dos nossos direitos legítimos, pese embora tenha sido já alterada em vários dos seus preceituados.
- A necessidade de um forte compromisso dos associa-

dos para com a Direção de modo a que a quotização se mantenha em dia e atualizada, para dessa forma poder haver mais força e mais condições para desenvolver uma maior e melhor atividade formativa e informativa a todos os associados.

- O decurso de uma campanha de esclarecimento para com aqueles que, sendo ainda associados, têm as quotas com algum atraso, incentivando-os à sua regularização. É urgente a resposta à carta que recentemente receberam. O regularizar dos deveres para com esta Associação é uma forma de legitimarem os seus direitos e apoiarem o trabalho desenvolvido pela ADFA em prol dos seus associados.

Finalmente os presentes escutaram encorajadoras palavras do presidente da Direção Nacional, José Arruda, que relembrou o lançamento, já em Maio, do livro, há muito aguardado por todos, que celebra os 42 anos da ADFA. Recordou aspetos da luta dos DFA e das suas conquistas. Afirmou que "não podemos baixar os braços e devemos estar preparados para novas lutas, sempre que seja caso disso". Finalizou a sua alocução com um "viva a ADFA e o 25 de Abril".



EM CASA

...mantenha as quotas em dia!

Delegações

AÇORES

Convívios de Natal nas ilhas



A Delegação da ADFA nos Açores dinamizou vários convívios associativos, no âmbito da quadra natalícia, durante os meses de novembro e dezembro. Os diversos núcleos naquela Região Autónoma juntaram associados, familiares e amigos em alegres momentos de convívio.

Assim, os encontros natalícios realizaram-se nas seguintes datas: 25 de novembro, na Ilha do Faial; 26 de novembro, na Ilha do Pico; 28 de novembro, na Ilha de São Jorge; 2 de dezembro, na Ilha Terceira; 4 de dezembro, na Ilha de São Miguel (Hotel Vip Executive, em Ponta Delgada), estando presentes cerca de 155 pessoas entre associados, familiares e amigos.

FARO

Almoço de Natal com os associados



No almoço de Natal da Delegação de Faro, realizado no dia 10 de dezembro, no restaurante Austrália, em Vale da Venda, Faro, marcaram presença mais de 150 associados e familiares, e contou com a presença dos convidados de honra, Teresa Correia, vereadora da Câmara Municipal de Faro, do tenente-coronel Paulo Oliveira, do Comando Territorial da GNR, do vogal da Direção Nacional, Ludgero Sequeira, do membro do Conselho Fiscal Nacional, Orlando Correia, do chefe do Gabinete da Câmara Municipal de Faro, Henrique Gomes, do coronel Luís Villas Boas, e dos Órgãos Sociais da Delegação. Usaram da palavra o presidente da Direção da Delegação, José Mestre, o vogal da Direção Nacional, Ludgero

Sequeira, o membro do Conselho Fiscal Nacional, Orlando Correia, e a vereadora da Câmara Municipal de Faro, arquiteta Teresa Correia. Em todas as intervenções, a congratulação pelo empenho da ADFA em prol dos direitos de todos os deficientes militares.

No final o encontro foi animado com a atuação do Grupo Coral da Universidade do Algarve para a Terceira Idade. A Delegação de Faro apresenta a todos os seus votos de excelente Ano Novo.

VISEU

Assembleia-Geral Ordinária

A Mesa da Assembleia-Geral da Delegação convoca todos os associados da Delegação de Viseu, nos termos do n.º 1 do Art.º 51º dos Estatutos da ADFA, para a Assembleia-Geral Ordinária da Delegação, a realizar dia 4 de fevereiro de 2017 (sábado), com início às 10h00, na Sede da Delegação de Viseu, sita na Prace-ta ADFA- Empreendimento das Magnólias Lote 4-R/C Q- Bairro da Balsa- Viseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1 - Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas da Direção e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2016; 2 - Análise do edifício legislativo.

Natal das Forças Armadas e de Segurança

A celebração de Natal das Forças Armadas e de Segurança em Viseu realizou-se no dia 14 de dezembro, na Sé Catedral de Viseu. Presidiu D. Manuel Linda, bispo das Forças Armadas e de Segurança.

À celebração compareceram as seguintes instituições: RI 14, PSP, GNR, Bombeiros Voluntários e Municipais, Proteção Civil, IASFA, Liga dos Combatentes e ADFA/Delegação de Viseu. A oração dos fiéis foi preparada pelo capelão do RI 14, padre Marcelino, e lida por todas as instituições, cabendo à ADFA a seguinte parte: "pelos países que vivem em guerra, para que a verdadeira estrela do Natal lhes indique caminhos de concórdia e de paz, e de todas as Nações do mundo brotem testemunhos de solidariedade para com os países mais desfavorecidos, oremos ao Senhor".

O bispo castrense teceu elogios e realçou a importância das instituições ao serviço das populações, em especial aos mais carenciados, e incentivou-as a continuar a obra.

Encontro de Natal

Sob o lema da solidariedade, decorreu mais um almoço-convívio de Natal da Delegação de Viseu, que este ano se realizou na Quinta dos Barreiros, Couto de Cima, em Viseu, que maravilhosamente recebeu a família deficiente militar.

Tiveram a amabilidade de estar neste almoço de partilha mais de 150 associados, familiares e amigos de toda a zona envolvente desta Delegação da ADFA do interior do país, "mas que não é por acaso que até é o coração de Portugal". Neste almoço houve a oportunidade de informar todos os presentes sobre a importância de que se reveste o PADM - Plano de Apoio aos Deficientes Militares, que está a funcionar cumprindo os objetivos para que foi criado.

Esteve com a ADFA o representante da Câmara Municipal de Viseu, engenheiro Gouveia, o representante da Junta de Freguesia de Viseu, Vítor Costa, o padre Marcelino, os Órgãos da Delegação e representantes dos Órgãos Sociais Nacionais, nomeadamente o associado Alberto Pinto e o membro do Conselho Nacional, Fernando Cardoso, que muito gentilmente

enalteceram "o importante trabalho desenvolvido pelos Órgãos desta Delegação do interior do País". O presidente da Delegação, João Gonçalves, referiu que "só lamentamos os associados que já faleceram ou que não puderam estar entre nós porque se encontram retidos por doença, a quem desejamos as melhores".

Agradecendo a presença de todos e com o compromisso de estarmos todos juntos para o ano de 2017, a Delegação desejou Boas Festas e apresentou votos para que 2017 seja um ano repleto de alegria, harmonia, união, amor e paz.

Última Hora

Desde o dia 1 de janeiro de 2017, está em vigor um acordo com o Hospital da CUF, em Viseu, sita junto ao Palácio do Gelo.

Para a cidade da Guarda, a Delegação está a preparar uma parceria com a Casa de Saúde, "que esperamos seja para breve".

Os interessados devem dirigir-se à Sede da Delegação de Viseu para obterem mais informações.

CASTELO BRANCO

Encontro associativo e apresentação dos OSD



Como já é habitual, a Delegação de Castelo Branco realizou, no passado dia 10 de dezembro, o seu almoço associativo de Natal. Este ano, o local escolhido para o evento foi a Herdade do Regato, na Póvoa de Rio de Moinhos, "local bem aprazível que nos deu oportunidade para disfrutar duma paisagem deslumbrante enquanto degustávamos o delicioso almoço". Estiveram presentes mais de uma centena e meia de associados, respetivas famílias e amigos. "A alegria e boa disposição estiveram sempre presentes e fizeram deste dia um salutar convívio que demonstrou, de forma inequívoca, a união existente na Delegação e em torno dos Órgãos Sociais Nacionais".

O presidente da Delegação, na sua intervenção, apresentou os novos membros dos Órgãos Sociais da Delegação e saudou todos os convivas, congratulando-se com tão elevado número de presenças, que demonstram "a enorme coesão associativa da Delegação, na defesa de todos os nossos direitos", desejando a todos um Santo e Feliz Natal e Próspero Ano Novo.

Delegações

ÉVORA

Convívio de Natal



FOTO FARINHO LOPES



Realizou-se no dia dez de dezembro o tradicional convívio de Natal da Delegação, desta vez em Évora, onde reunimos mais de 160 associados e familiares. Do "Alentejo profundo", de Setúbal e de Lisboa foi chegando gente à Delegação, donde partimos para, muito perto, visitarmos uma exposição que a Câmara de Évora inaugurara havia poucos dias, no antigo convento dos Remédios, fronteiro à muralha baixo-medieval da cidade. As instalações do antigo mosteiro foram recuperadas há poucos anos e nelas funciona parte dos serviços de cultura da Câmara. A exposição, intitulada "A cidade intramuros (1930-1960)", nasceu do estudo de uma coleção particular de fotografias de Artur Pastor, a partir da qual foi elaborado um estudo de que esta exposição é reflexo. Foi feito um levantamento sobre as actividades económicas do Centro Histórico de Évora no período de 1930-60, donde se colhe uma panorâmica de uma cidade ainda quase só dentro da muralhas e, depois, a sua expansão para o exterior, bem como uma alteração profunda no modo de vida da população.

Nessas décadas lançou-se o abastecimento domiciliário da água, reconverteram-se para serviços públicos edifícios em degradação e monumentos em ruínas. A densa malha urbana do Centro Histórico albergava, na década de quarenta, quase 18 mil habitantes, recuando para cerca de oito mil à medida que cresciam bairros fora das muralhas com melhores condições de habitabilidade. A exposição apresenta fotos, plantas, máquinas e ferramentas de pequenas fábricas, oficinas, artesanato; de parte do espólio de uma carpintaria fez um artista da cidade, João Sotero, uma instalação com propósitos lúdicos e de revalorização estética das ferramentas.

Alguns dados facultados nos expositores dão-nos um panorama do tipo de actividades económicas e dinâmicas sociais dessas décadas no centro histórico da cidade – e de um "mundo" que em meio século se alterou profundamente: 211 estabelecimentos industriais, 188 mercearias, 106 tabernas, 53 sapatarias, 52 carpintarias; 46 talhos, 44 carvoarias, 43 alfaiatarias, 40 retrosarias, 35 barbearias, 35 cafés, 31 drogarias e, ainda, 16 casas de alugueres de carroças, 10 chapelarias, quatro comércios de palha...

Finda a visita guiada, rumámos a um restaurante da cidade para o convencional repasto. De Lisboa deslocaram-se a Évora, em representação da Direcção Nacional, o Carlos Fanado e, por parte do Conselho Fiscal Nacional, o Carlos Pereira, bem como o já habitual fotógrafo do ELO, Farinho Lopes; contámos também com a presença do vereador da Câmara Municipal, João Rodrigues. Depois da distribuição de prendas aos mais novos e das intervenções por parte do presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Delegação, Inácio Grazina, e do representante da Direcção Nacional que desejaram um animado período de festas e um melhor 2017, bem como uma boa viagem de regresso a todos, partiu-se um bolo comemorativo do evento.

BRAGANÇA

Quadra natalícia

A Delegação de Bragança comemorou uma vez mais o Natal no seio da família ADFA.

O tradicional almoço de Natal realizou-se no passado dia 11 de dezembro, em Bragança, e contou com a presença de associados de todo o distrito e seus familiares.

Domingos Seca, presidente da Direcção da Delegação, homenageou os associados que faleceram durante o ano de 2016, agradeceu a presença de todos e apelou à união dos associados, frisando uma vez mais que "a ADFA não é minha, mas sim de todos nós. Só juntos conseguimos ser mais fortes"

Para o dirigente, "são certamente estes momentos de alegria, vividos com alguma emoção, que marcam positivamente a vida associativa da ADFA".

Missa de Natal



A Delegação de Bragança participou, no dia 19 de dezembro, na celebração da eucaristia de Natal, desta vez realizada em Macedo de Cavaleiros, na igreja Santa Maria Mãe de Deus.

A cerimónia foi incluída no programa das comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que se prolongou por todo o mês de dezembro. A eucaristia foi presidida pelo bispo da Diocese Bragança-Miranda, D. José Cordeiro, e contou com a presença de cerca de 180 pessoas de diversas instituições do distrito de Bragança vocacionadas para as pessoas com deficiência, no sentido de comemorar o Natal e "proporcionar um dia diferente a quem também é diferente".

Foi servido um lanche na escola secundária de Macedo de Cavaleiros, onde os participantes das diferentes instituições puderam confraternizar em espírito natalício.

SETÚBAL

Convocatória para a Assembleia-Geral da Delegação

A Mesa da Assembleia-Geral da Delegação do Setúbal da Associação dos Deficientes das Forças Armadas convoca os associados, nos termos do n.º 1 do art.º 51 e da alínea b) do art.º 52º dos Estatutos, para a Assembleia-Geral Ordinária, a realizar dia 18 de março de 2016, com início às 14h00, nas instalações da Delegação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1 – Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas, relativas ao ano de 2016; 2 – Informações.

Protocolo ADFA

Concedemos a todos os associados, funcionários e familiares 15% de desconto:

- sobre a prestação de serviços e vendas da tabela em vigor
- em trasladações nacionais e internacionais
- no serviço de florista (entregas gratuitas para a grande Lisboa)

- Deslocações imediatas ao domicílio ou outros locais

(Lisboa, Odivelas, Loures, Sintra, Amadora, Oeiras, Cascais, Mafra, Póvoa de Sta. Iria, Almada)

- Serviço Nacional e Internacional
- Realizamos Funerais com protocolo
- Dispomos de Serviço de Florista

Saiba mais em:

www.funerialusa.pt

www.funeriadapovoa.pt

Linha de apoio gratuita 24h

☎ 800 918 881



Lumiar

Alameda das Linhas de Torres 106 A, 1750 - 148 Lisboa

☎ 212 429 327 | 912 383 008 ✉ funerialusa@sapo.pt

Areiro

Praça Francisco Sá Carneiro nº 12 - E, 1000 - 160 Lisboa

☎ 211 377 441 | 918 200 667 ✉ funerialusa.areiro@gmail.com



Póvoa Funerária de Manuel de Oliveira

Travessa da Palmeira nº 1, 2620-157 Póvoa de St. Adrião

☎ 219 372 760 | 918 200 667 ✉ funeriapovoa@sapo.pt

Destaque

SIMPÓSIO COMEMORATIVO DOS 10 ANOS DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ONU alerta para cumprimento da Convenção

FOTO RAFAEL VICENTE



O Comité das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas com Deficiência sublinhou o que falta concretizar para cumprir plenamente a Convenção que Portugal adotou, nos dias 12 e 13 de dezembro, durante o Simpósio Comemorativo que assinalou os 10 anos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, organizado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), na Sala Lisboa do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa.

A ADFA esteve representada pelo presidente da Direção Nacional, José Arruda, e pela assessora da DN para a Política Social e Cooperação, Natércia Raposo. A Associação moderou o grupo de trabalho dedicado ao “Acesso à Saúde e Reabilitação”, em parceria com a Novamente, instituição de apoio às vítimas de traumatismos crânio-encefálicos. A Associação fez também parte da Comissão Executiva do Simpósio, com a APD, a CNAD, a FAPPC, a FENACERCI, a FPDA, a NOVAMENTE e o ODDH.

O Simpósio contou com dois momentos distintos. O “I Encontro do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos - Construir e Consolidar Direitos para Todos: Caminhos e Desafios”, no dia 12 de dezembro, e o “Colóquio - A Convenção da Deficiência 10 anos depois: Investigação, Políticas e Práticas”, no dia 13 de dezembro.

O colóquio contou com a participação de uma representante do Comité das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Ana Peláez, numa intervenção sobre os desafios que se colocam a Portugal após o primeiro processo de monitorização da implementação da Convenção da Deficiência, que aconteceu em março de 2016, na qual destacou que foram assinaladas algumas questões urgentes, como a que se prende com o reconhecimento das pessoas com deficiência na Lei portuguesa. Ana Peláez alertou que “qualquer cidadão de Portugal tem de ter os seus direitos assegurados, por exemplo, ao voto. Existem em Portugal muitas pessoas que por estarem incapacitadas



judicialmente ou por aparentemente mostrarem alguma dificuldade para compreender o processo, é-lhes negado o direito ao sufrágio universal”.

Destacou ainda questões que “deveriam ser reavaliadas”, como o facto de haver pessoas com deficiência forçadas a tratamentos ou internamentos. A secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, destacou a criação dos Balcões da Inclusão, como exemplo das medidas aprovadas que vão ao encontro das críticas feitas pelo Comité das Nações Unidas, acrescentando que os modelos de apoio à vida independente estarão brevemente em consulta pública, tendo já sido criado o mecanismo independente que vai monitorizar a implementação da convenção, outra das exigências feitas pelo Comité.

Paula Campos Pinto, coordenadora do ODDH, declarou que “é absolutamente essencial” rever o regime de interdição e inabilitação, bem como dar atenção à educação inclusiva e à vida independente e acessibilidade. A coordenadora salientou a actividade dos grupos de trabalho criados para debater vários temas, durante o primeiro dia do Simpósio. O papel das autarquias foi realçado, pois lembrou que o trabalho de

implementação da Convenção atravessa toda a sociedade e que o poder local tem um papel determinante pela proximidade com os cidadãos.

O evento contou ainda, no dia 12 de dezembro, com a presença de Yannis Vardakastanis, membro do Grupo Permanente de Estudos sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência do Comité Económico e Social Europeu e presidente do Fórum Europeu da Deficiência.

No dia 12 de dezembro, no “I Encontro do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos - Construir e Consolidar Direitos para Todos: Caminhos e Desafios”, dirigido às pessoas com deficiência, suas famílias, organizações representativas da deficiência e sociedade civil, promoveu-se o debate sobre os caminhos e desafios para a implementação dos direitos humanos das pessoas com deficiência em Portugal.

Depois da sessão plenária, com a participação de Yannis Vardakastanis, cinco grupos de trabalho, com as temáticas “Vida Independente”, “Acesso à Saúde e Reabilitação”, “Educação e formação ao longo da vida”, “Rede informal de apoio e suportes humanos” e “Regimes de inabilitação e interdição”, deram o seu contributo e propostas.

ACESSO À SAÚDE E REABILITAÇÃO

A ADFA participou ativamente em todos os trabalhos do Simpósio, envolvendo-se em duas das sessões paralelas realizadas no primeiro dia.

Carlos Pereira, presidente do Conselho Fiscal Nacional, moderou o grupo de trabalho “Rede Informal de Apoio e Suportes Humanos”.

O presidente da Direção Nacional, José Arruda, moderou o grupo de trabalho “Acesso à Saúde e Reabilitação”, em parceria com a representante da Novamente, Vera Bonvalot, coadjuvados pela assessora da DN para a Política Social e Cooperação, Natércia Raposo.

Nas sessões paralelas foram apresentados os artigos da Convenção correspondentes a cada tema. Foi ainda salientado o relatório paralelo ODDH, a monitorização da Convenção e as observações do Comité da ONU sobre o Relatório Inicial de Portugal (2016).

A situação nacional actual também foi analisada, com referência à legislação em vigor e aos dados estatísticos disponíveis. No debate e reflexão produziram-se propostas que foram lidas na sessão posterior, antes do encerramento do Simpósio. O conjunto das propostas integrará um documento que será divulgado a todos os intervenientes.

Destaque



FOTO RAFAEL VICENTE

PRÓXIMOS PASSOS

A Comissão sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, nas observações finais sobre o relatório inicial de Portugal, aprovadas pela Comissão no seu 15º período de sessões (29 de março a 21 de abril de 2016), solicitou ao Estado que, “num prazo de 12 meses e em conformidade com o artigo 35.º, parágrafo 2, da Convenção, apresente informação por escrito sobre

as medidas adoptadas para implementar as recomendações da Comissão efectuadas nos parágrafos 12 e 63, relativas respectivamente à nova estratégia nacional da deficiência e ao mecanismo independente de monitorização da Convenção”. A Comissão solicitou ao Estado “que dê cumprimento às recomendações formuladas nas observações finais” e recomendou que as transmita “para exame

e adopção de medidas, aos membros do Governo e do Parlamento, aos funcionários dos ministérios competentes, aos membros do sistema judicial e dos grupos profissionais pertinentes, como os profissionais de educação, de saúde e do direito, assim como às autoridades locais, ao setor privado e aos meios de comunicação social, utilizando estratégias de comunicação social acessíveis”. A Comissão

apelou à “ampla difusão, em formatos acessíveis, das observações finais, entre as organizações não-governamentais e às organizações de pessoas com deficiência, assim como entre estas pessoas e os seus familiares”. A Comissão solicitou ao Estado “que apresente os seus segundos, terceiros e quartos relatórios periódicos o mais tardar até 23 de novembro de 2023”.

António Guterres recebe Prémio Direitos Humanos 2016

O Parlamento entregou o Prémio Direitos Humanos 2016 a António Guterres, em cerimónia oficial realizada na Assembleia da República, em Lisboa, no dia 23 de dezembro. O ex-primeiro ministro é agora o secretário-geral designado da ONU.

A ADFA, na qualidade de entidade galardoadada com o Prémio Direitos Humanos 2015, esteve na cerimónia, representa pelo presidente da DN, José Arruda.

O presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, disse que António Guterres “é o homem certo para dar força ao Direito Internacional e conquistar as pessoas para uma cidadania global”. O prémio distinguiu o trabalho do antigo primeiro-ministro como Alto Comissário para os Refugiados, o qual já tinha sido “unanimemente reconhecido” pelo Parlamento.

O Prémio, no valor de 25 mil euros, foi depois entregue pelo galardoado ao Conselho Português dos Refugiados.

O agora secretário-geral da ONU, António Guterres, nas suas palavras de agradeci-

mento, referiu que Portugal “está bem colocado para assumir o papel de liderança” na criação de uma aliança que promova os Direitos Humanos. Lembrou também o “comportamento muito positivo” de Portugal no que respeita à defesa dos refugiados.

Entre as condições para que a agenda dos direitos humanos volte a progredir, António Guterres referiu a necessidade de reconhecimento dos direitos humanos, nas vertentes civil, política e também económica, social e cultural. Referiu também a igual importância da garantia de que se “promovem os direitos humanos como um valor em si próprios e não como um instrumento com outros objetivos políticos”.

O galardoadado assumiu estar convencido de que é “possível inverter a tendência de progressiva deterioração do quadro internacional”. “Uma visão abrangente e uma visão séria assumida em função dos valores dos direitos humanos” são base para essa inversão, disse o antigo primei-

ro-ministro, que também defendeu que Portugal “está particularmente bem colocado para assumir um papel de liderança dessa necessária aliança internacional em prol dos direitos humanos”.

Na presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o presidente do Parlamento afirmou que a candidatura de António Guterres à liderança da ONU “foi um fator de união para os 230 deputados”.

O presidente da Assembleia da República referiu que o Prémio, criado em 1999, “é um incentivo para quem se distingue na defesa dos direitos humanos”. O presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Pedro Bacelar de Vasconcelos, lembrou que o antigo Presidente da República Mário Soares, Maria Lamas (jornalista e defensora dos direitos das mulheres), Sérgio Vieira de Mello (morto ao serviço da ONU) e o bispo timorense de Baucau, Basílio do Nascimento, foram algumas das figuras distinguidas com este galardão, desde 1999.

Deputados, o antigo Presidente da República Jorge Sampaio, o ministro dos Negócios Estrangeiros, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o Núncio Apostólico, membros do corpo diplomático, Adriano Moreira, Francisco Pinto Balsemão, conselheiros de Estado e o presidente da Câmara de Lisboa, foram algumas das figuras presentes na cerimónia comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos.

A ADFA congratula-se com a atribuição do Prémio Direitos Humanos 2016 a António Guterres. O antigo primeiro-ministro esteve por diversas vezes no CRPG, em Gaia, em visita com a ADFA e a Associação evoca também que, na inauguração do comboio da Ponte 25 de Abril, foi na presença do então chefe do Governo que foram testadas as acessibilidades para cidadãos portadores de deficiência naquele novo meio de transporte.



FOTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Notícias

GALA DA INCLUSÃO - 3 DE DEZEMBRO – LEIRIA

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

A cidade de Leiria recebeu as comemorações nacionais do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência 2016. A Gala da Inclusão distinguiu as boas práticas na inclusão das pessoas com deficiência, saudando os casos de sucesso e contou com presença do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva. A cerimónia teve lugar em Leiria, em virtude da iniciativa da secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, e tendo em atenção o sucesso de um evento que o Politécnico de Leiria e o Município levam a efeito há 7 anos.

A Gala da Inclusão, que se realiza em Leiria desde 2010, desenvolve um papel ativo no reconhecimento das pessoas e instituições que trabalham por uma sociedade mais justa e inclusiva, atribuindo anualmente, a pessoas e instituições, distinções em áreas como investigação, cultura, acessibilidades, desporto, educação, trabalho, entre outros exemplos de boas práticas e de inclusão.

A iniciativa ficou também marcada com a entrega de brinquedos adaptados, no âmbito da campanha do Politécnico de Leiria, “Mil Brinquedos, Mil Sorrisos”, que anualmente recolhe e adapta, de forma voluntária, centenas de brinquedos, para que possam ser utilizados por crianças com necessidades especiais.

Desde 2007, o Politécnico de Leiria já adaptou cerca de 5.000 brinquedos, oferecidos a 230 instituições de três continentes. Os brinquedos que o Politécnico de Leiria se encontra a recolher este ano vão ser entregues às Equipas Locais de Intervenção Precoce dos Açores.

A VII Gala da Inclusão decorreu no Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria, em

organização conjunta do Gabinete da secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, do Instituto Nacional para a Reabilitação, da Câmara Municipal de Leiria, e do Politécnico de Leiria.

Para José Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o trabalho de Leiria eleva a cidade a “capital do País no estímulo e promoção da inclusão das pessoas com deficiência”. O ministro congratulou-se pois a inclusão já não ocorre numa lógica caritativa, de assistencialismo, mas numa lógica de afirmação de direitos, “porque inclusão é isso, afirmar direitos sociais, e Leiria é uma cidade que combate a intolerância”.

O ministro afirmou ainda que ainda há muito caminho a percorrer, revelando três grandes preocupações do Governo: “mobilizar a comunidade para incluir as pessoas com deficiência; proteger e afirmar o direito à proteção social das pessoas com deficiência; e promover a autonomia”.

Na capital, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, assinalou o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência com uma visita à Casa do Tejo - Direito ao Lazer, da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL). Nesta visita, o Presidente da República foi acompanhado pelo Presidente da Direção da APCL, Orlando Borges e pela Diretora-geral da APCL e Mentora do Projeto “Casa do Tejo - Direito ao Lazer”, Ivone Silva.

PRÉMIO “PRAIA + ACESSÍVEL” 2016

O Júri do Prémio “Praia + Acessível”, após avaliação das 17 candidaturas admitidas, decidiu, por unanimidade, atribuir o pri-

meiro e segundo lugares à praia de Valadares Sul, do concelho de Vila Nova de Gaia, e à praia fluvial de Avô, do concelho de Oliveira do Hospital.

A 8ª edição do Prémio distinguiu as praias acessíveis cujas candidaturas evidenciaram melhores práticas de acessibilidade e de qualidade de apoio disponibilizado às pessoas com mobilidade condicionada, durante a época balnear de 2016.

A entrega aos municípios vencedores dos prémios “Praia + Acessível” 2016, com o patrocínio da empresa Mobilitec, terá lugar em 2017, em sessão pública a anunciar oportunamente.

Foram 17 as candidaturas admitidas, com ponderação de todos os critérios que constam do artigo 12.º do Regulamento, tendo sido decidida, por unanimidade, a atribuição do primeiro e segundo lugares àquelas praias.

O Júri Nacional do Prémio foi constituído por representantes do Instituto Nacional para a Reabilitação, que preside, da Agência Portuguesa do Ambiente, do Turismo de Portugal, da Direção-Geral da Autoridade Marítima/Instituto de Socorros a Náufragos, da Associação Bandeira Azul da Europa e do patrocinador.

O Prémio Praia + Acessível distingue “as praias nacionais, costeiras ou interiores, que, tendo sido galardoadas com a bandeira Praia Acessível durante a época balnear, evidenciam as melhores condições de acessibilidade, constituindo-se, desse modo, como práticas de referência nacional, pela qualidade do usufruto da sua oferta de serviços e bem-estar que proporcionam às pessoas com mobilidade condicionada”.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência surgiu da iniciativa da Assembleia-Geral da ONU que, em 1992, declarou que o dia 3 de dezembro deveria ser dedicado à reflexão sobre as condições de vida das pessoas com deficiência.

A Organização das Nações Unidas determinou que, em 2016, o tema das celebrações seria “Conquistando os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável para o futuro que eu quero”. A ONU aprovou estes 17 objetivos para o período de 2016 a 2030 e a discussão e as reflexões que da celebração surgirem devem estar centradas em como cada País e cada setor da sociedade, em todos os níveis de governo, podem concretizar medidas para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência, fazendo esses cidadãos parte do processo do desenvolvimento sustentável. Depois de, em 2006, a Assembleia-Geral da ONU ter aprovado a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 169 países já a ratificaram, obrigando-se a definir e a colocar em prática um ordenamento jurídico interno para garantir tais direitos e a definir políticas públicas, estratégias, planos nacionais, regionais e locais para que os direitos estabelecidos na Convenção das Nações Unidas e o ordenamento jurídico interno não sejam apenas “letra morta” ou “meras intenções”.

A ONU tem apelado às pessoas portadoras de deficiência para que participem e exerçam os seus direitos de cidadania em todos os setores da sociedade.

Associados na Sede Nacional

O repórter estava lá e apanhou o associado fundador e antigo director do ELO, António Calvino, em animado convívio com amigos durante um almoço no restaurante da Sede Nacional.

A Associação é um pólo agregador de associados, familiares e amigos. É importante que os associados e seus familiares venham à ADFA, também para conviverem à refeição, com os petiscos do restaurante.

O ELO aproveita para saudar o associado Calvino, o primeiro a ser apanhado de garfo e faca, em amena cavaqueira na ADFA. Um bom exemplo deste associado a quem o ELO endereça um forte abraço.



FOTO JOSÉ PAVOIRO

Colaboração em projeto de investigação

A socióloga Ana Caetano, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, está a trabalhar num projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) intitulado “Viver em tempos de crise: eventos e efeitos das crises biográficas”. Com este trabalho pretende investigar

sobre momentos difíceis pelos quais as pessoas passam ao longo da vida. Para perceber como vivem essas fases complicadas, a investigadora pretende entrevistar pessoas que partilhem as suas histórias de vida e as experiências de situações difíceis (que podem ser, por exemplo, desemprego, luto, doença, acidente, divórcio, problemas familiares

e financeiros, migração, reforma, precariedade laboral, discriminação, exclusão, entre muitas outras).

As entrevistas são gravadas em áudio, mas o anonimato das pessoas entrevistadas é garantido. A ADFA apoia a realização deste trabalho e, neste sentido, apela aos associados que estiverem disponíveis para partilhar experiências

e falar sobre os momentos difíceis da vida. Pode agendar-se entrevistas através dos seguintes contactos: ana.caetano@iscte.pt ou 969 091 850.

Para mais informações pode ainda contactar-se a ADFA, através do Centro de Documentação e Informação pelos contactos: cdi@adfa-portugal.com ou 217 512 618.

Notícias

ADFA saúda medidas governamentais para a inclusão

“As novas medidas do Governo para a inclusão constituem um novo ciclo que evidencia a dignidade dos cidadãos portadores de deficiência, retirando-os à pobreza”. A ADFA congratula-se com a criação da Prestação Social para a Inclusão (ainda em fase de discussão pública), com a inauguração de mais dois Balcões da Inclusão e com a criação do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Famílias, Reabilitação e Segurança Social (CNPSSS), também em discussão pública.

A ADFA considera que “foi lançado, a nível nacional, um desafio a todos os poderes para dar autonomia e visibilidade às pessoas portadoras de deficiência”, realçando que “o Estado Português, de acordo com o que estas novas medidas indicam, reconhece que há cidadãos no limiar da pobreza e da exclusão que poderão usufruir destes apoios, sublinhando-se os seus direitos como cidadãos”.

Para a Associação, as novas medidas “surtem no esteio da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e do Relatório apresentado à ONU pelo Governo, em que o Executivo assume vontade política para incrementar o pleno exercício da cidadania destas pessoas”.

NOVAS REGRAS PARA ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Entrou no dia 26 de dezembro em vigor o diploma que estabelece novas regras do atendimento prioritário. O Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto, “institui a obrigatoriedade de prestar atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo, para todas as entidades públicas e privadas que prestem atendimento presencial ao público”.

Lojas, repartições do Estado, restaurantes ou outros estabelecimentos comerciais como os supermercados têm agora que obrigatoriamente dar prioridade a pessoas deficientes, idosos, grávidas ou pessoas acompanhadas de crianças de colo. As coimas para o incumprimento vão desde os 50,00 até aos 1.000,00 euros.

A nova lei amplia o atendimento prioritário que até agora era apenas regra para os “serviços de administração central, regional e local e institutos públicos”, como informa o Gabinete do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e entrou em vigor depois dos 120 dias previstos para os estabelecimentos se adaptarem.

APLICAÇÃO DA LEI

Mas não basta que os estabelecimentos tenham afixados os sinais ou cartazes aludindo à nova disposição legal. Os beneficiários têm também que estar preparados para usufruir de atendimento prioritário, aliás, como estabelecido no Decreto-Lei.

Nos casos de deficiência ou incapacidade, o cidadão pode ter de apresentar o atestado multiusos para usufruir dos seus direitos. Têm prioridade todas as pessoas com deficiência (física ou mental, congénita ou adquirida) que “limite ou dificulte a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas”. Para os casos de incapacidade, a lei prevê que o grau seja igual ou superior a 60%, reconhecido em atestado multiusos que deve servir para fazer prova da deficiência ou incapacidade.

Para os idosos, pessoas com 65 anos ou idade superior, o atendimento prioritário é garantido se apresentarem “evidente alteração ou limitação das funções físicas ou mentais”. A secretária de Estado para a Inclusão, Ana Sofia Antunes, explicou que “não basta que a pessoa comprove que tem 65 ou mais anos. Nesse caso, tem que ter uma incapacidade física ou mental visível, portanto, inquestionável ao comum dos cidadãos”. A governante sublinhou que “não estamos a conferir prioridade a qualquer pessoa que tenha mais de 65 anos, porque, desse modo, estaríamos a estabelecer uma prioridade para uma



grande parte da população”. A prioridade será então “apenas para as situações em que as pessoas sentem desconforto e são prejudicadas pelo facto de ficarem em pé longos períodos de tempo”.

No caso das cidadãs grávidas e dos acompanhantes de crianças de colo (até aos dois anos) o Estado apela ao bom senso geral. Não será exigido um atestado às grávidas.

O direito ao atendimento prioritário é assim também reservado a todas as pessoas acompanhadas de crianças até aos dois anos.

No caso de presença de várias pessoas com direito a atendimento prioritário, a situação resolve-se por ordem de chegada.

NÃO HÁ REGRA SEM EXCEÇÃO

A nova lei aplica-se a “todas as pessoas, públicas e privadas, singulares e coletivas que prestem atendimento presencial ao público”, estando excluídos os hospitais e outras entidades prestadoras de saúde, uma vez que naqueles estabelecimentos a prioridade de acesso aos cuidados continua a ser “fixada em função da avaliação clínica a realizar”. As conservatórias e outras entidades de registo também estão excluídas, mas apenas e só “quando a alteração da ordem de atendimento coloque em causa a atribuição de um direito subjetivo ou posição de vantagem decorrente da prioridade de registo”.

Na Loja do Cidadão esta lei não se aplica, bem como a “situações de atendimento presencial ao público realizado através de serviços de marcação prévia”.

RECLAMAÇÕES E MULTAS

Se o atendimento prioritário for desrespeitado, deve apresentar-se uma queixa, por escrito, ao Instituto Nacional para a Reabilitação ou para a entidade que regule o local onde foi cometida a infração. Num restaurante, por exemplo, é à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) que deve ser endereçada a reclamação.

“Apresentada a queixa, há lugar à instrução do procedimento de contraordenação. O procedimento termina com uma decisão administrativa que pode, ou não, decidir pela aplicação de uma coima. A Constituição da República Portuguesa

assegura a todos os cidadãos e cidadãs o acesso aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos”, referiu fonte oficial do MTSS.

As multas variam entre os 50,00 e os 500,00 euros, caso se trate de pessoa singular. Se a entidade infratora for coletiva, os valores situam-se entre os 100,00 e os 1.000,00 euros. Pode chamar-se a polícia para intervenção imediata, pois a legislação dispõe que “a pessoa a quem for recusado atendimento prioritário, em violação do disposto no DL n.º 58/2016 de 29 de agosto, pode requerer a presença de autoridade policial a fim de remover essa recusa e para que essa autoridade tome nota da ocorrência e a faça chegar à entidade competente para receber a queixa”.

CRIADA PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Está em discussão pública, durante os primeiros dois meses do ano, o novo modelo de Prestação Social para a Inclusão, criado pelo Governo, que funcionará a partir de outubro de 2017.

O objetivo é, segundo o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, combater a “fragilidade” do modelo atualmente existente e garantir aos deficientes com incapacidade superior a 80% uma prestação social vitalícia.

O ministro explicou que, depois da discussão pública, haverá três fases para implementação. A primeira fase será iniciada em outubro de 2017, criando-se uma prestação base para todas as pessoas com uma incapacidade igual ou superior a 80%, no valor de 3.120,00 anuais (260,00 euros por mês). As pessoas com uma incapacidade entre 60% e 79% também terão direito a uma prestação base, em função dos rendimentos do próprio beneficiário (e não o agregado familiar). Nestes casos, só haverá direito ao apoio se os rendimentos não ultrapassarem os 607,00 euros por mês, devendo os beneficiários desta nova prestação ter uma idade compreendida entre os 18 e os 55 anos. A primeira fase do novo modelo integrará automaticamente todos os beneficiários existentes do Subsídio Mensal Vitalício ou da Pensão Social de Invalidez, uma vez que estas duas prestações

deixam de existir e são substituídas pela Prestação Social para a Inclusão, tendo o ministro apresentado a garantia de que aquele apoio será sempre superior ao que recebem atualmente.

Nas outras duas fases de implementação da nova prestação social, em 2018 e 2019, a primeira será de complemento, uma forma de “combate à pobreza”, que terá em conta “os recursos do agregado familiar”, com introdução de vários fatores de diferenciação positiva, que permitam que mais pessoas possam aceder a esta segunda componente da prestação.

A terceira fase será a de majoração, para dar resposta a “situações particulares, muitas vezes transitórias”, como a “integração das despesas específicas com a educação especial”, segundo acrescentou o ministro José Vieira da Silva. A forma como vai ser aplicada ainda está em estudo.

O Governo estima que a nova Prestação Social para a Inclusão venha a beneficiar cerca de 120 mil pessoas.

BALCÕES DA INCLUSÃO EM TODO O PAÍS

Com a inauguração dos Balcões da Inclusão de Portalegre e de Castelo Branco, pela secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, fica completa a rede dos 18 distritos de Portugal Continental. Os Balcões da Inclusão funcionam nos centros distritais da Segurança Social, com o objetivo de prestar serviços às pessoas com deficiência.

Em abril de 2016 foram inaugurados seis balcões, em Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Viseu e Vila Real. O primeiro já funcionava no Instituto Nacional de Reabilitação, em Lisboa.

A governante afirmou que “a partir de janeiro, esta resposta será alargada graças a uma parceria com as autarquias, que permitirá abrir Balcões da Inclusão em vários serviços municipais de atendimento ao público”, acrescentando que, “desta forma, será possível chegar e dar respostas muito mais perto das pessoas, que não estão só nas grandes cidades ou nas capitais de distrito”.

Tendo sido realizada a formação específica aos funcionários que estão no atendimento, são várias as respostas dos Balcões para as necessidades dos cidadãos portadores de deficiência, nomeadamente “sobre as diversas prestações disponíveis na área da deficiência, seja sobre respostas na área da ação social, tipo de instituições com acordos com a Segurança Social que estão mais próximos da sua área de residência e que podem dar respostas na área da reabilitação, atividades ocupacionais, respostas residenciais ou de acolhimento, além da questão das ajudas técnicas”, salientou a secretária de Estado, que explicou que “estas são as questões mais procuradas nos Balcões da Inclusão”.

Especial

Conselho Nacional aprova Plano Operacional e Orçamento para 2017



O Conselho Nacional da ADFA, em reunião ordinária realizada no dia 15 de dezembro, na Sede Nacional, em Lisboa, aprovou o Plano Operacional e o Orçamento Geral da Associação, para o ano de 2017, com o parecer do Conselho de Executivos, conforme reunião realizada no dia 19 de Novembro de 2016. Num ponto prévio à ordem dos trabalhos, foi efectuada uma apresentação pelo coordenador do PADM, Jerónimo

de Sousa, relativa à execução das ações desenvolvidas no âmbito daquele Plano no período de setembro de 2015 a setembro de 2016.

Analisada e votada favoravelmente a ata da reunião do Conselho Nacional anterior, e aprovado o Plano Operacional e o Orçamento Geral da ADFA para o ano de 2017, foi apresentado o parecer do Conselho Fiscal Nacional relativo ao primeiro semestre de 2016.

No terceiro ponto, sobre a Área Reivindicativa, foi feita a apreciação das deliberações da Assembleia-Geral Nacional de 16 de abril de 2016. Os assuntos então abordados foram: Reivindicações de âmbito geral; Aplicação do DL 503/99; Situação para efeitos fiscais dos rendimentos das viúvas dos deficientes militares; Direito e atribuição de ajudas técnicas aos deficientes militares; Portaria Especial nº 1034/2009;

Carta Magna, no âmbito do despacho nº 13/SEDN/2016, de 23 de Maio; Lar Militar, no âmbito do despacho nº 14/SEDN/2016, de 23 de Maio; Estratégia da ADFA para a representatividade.

No ponto dedicado aos Projetos, foram alvo de informação e discutidos: o Centro de Apoio Integrado do Porto – Recuperação e adaptação do Palacete Cor-de-Rosa; a Quinta das Camélias; o Livro da ADFA – Custos e lançamento no âmbito do 43º Aniversário da ADFA; a Realização, em setembro de 2017, de “Jornada Associativa” destinada a analisar o presente e o futuro da ADFA.

No período das informações da Direção Nacional, os temas levados ao conhecimento dos conselheiros foram: Processo de Encerramento da Tipografia da ADFA; b) Hipóteses, jurídico-administrativas, para levar à prática o artigo 66º dos Estatutos da ADFA, relativo às delegações situadas nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores – Estatuto Especial.

O ELO destaca alguns dos documentos apresentados na reunião do CN, na íntegra, nomeadamente, os memorandos sobre os Projetos da Quinta das Camélias, do Livro da ADFA e a Introdução ao Plano Operacional para 2017.

Plano Operacional 2017

O que é que podemos fazer pela ADFA sabendo que a Associação tudo fez e continuará a fazer para garantir a nossa dignidade e defender os nossos direitos

Estamos a escrever uma breve introdução para o Plano Operacional de 2017 e por isso é preciso ter em conta e atenção o Programa Eleitoral para o triénio 2016-2018.

Passado quase um ano de exercício de mandato, ressaltam dois dossiês de importância estrutural para o conjunto da ADFA que estão em vias de serem concluídos.

Durante este ano debruçamo-nos sobre o dossiê da Tipografia-Escola da ADFA, o qual já mereceu do Conselho Nacional análises e decisões tendo em conta as reais circunstâncias e as contingências do processo. Como devem compreender, foi um trabalho difícil e árduo. Aliás é um dossiê que ainda não está completamente encerrado. Este processo foi realizado passo a passo sempre com conta, peso e medida pois as várias componentes exigiam uma gestão muito cuidada e muito cautelosa. O outro dossiê composto de três valências – política, associativa e social - é o da Quinta das Camélias, antigo ex-prédio militar tendo-se levado em conta os compromissos de acordo com os valores perenes que são a essência da ADFA – solidariedade e cidadania. Ainda não está tudo resolvido já que a Quinta das Camélias é um processo de implementação e desenvolvimento de curto, médio e longo prazo.

Há um trabalho que precisa de ser desenvolvido no dia-a-dia, referimo-nos à questão reivindicativa que emana das orientações superiores da Assembleia-Geral Nacional. Por vezes é preciso uma maior reflexão para irmos, sistematicamente, afinando a estratégia mais aconselhável. Este processo reivindicativo precisa que todos nós tenhamos cons-

ciência que estamos numa nova fase política sendo preciso o maior cuidado. Aqui, em relação aos direitos, existe uma linha vermelha, continuamos empenhados em não ceder nem um milímetro.

Podemos considerar que mais um desafio que impusemos a nós próprios está a chegar a bom porto. Referimo-nos à edição do livro dos 40 anos da ADFA. Estamos muito reconhecidos a todos aqueles que contaram as suas vivências no período de Guerra Colonial e também à sua passagem pelos hospitais militares e ao conturbado processo de reabilitação após o acidente. Aqui é hora de reconhecer o empenhamento dos associados que participaram ativamente para engrandecer a obra. Queremos aqui dar uma nota prévia de reconhecimento a um associado que tem dedicado todo o seu tempo e competência e acima de tudo a sua alma associativa a este projeto. Estou certo que todos concordarão de que nenhum de nós está acima do empenhamento dos associados anónimos, mas, o associado Lavouras Lopes merece um reconhecimento indiscutível por aquilo que tem feito. Ajudou a construir a ADFA e agora ajuda a escrever a verdadeira história da nossa Associação. Acreditamos que estejamos todos em concordância com a posição da Direção Nacional.

Mas a obra continua, dia a dia, para edificar o presente com vista a assegurar o futuro: entre os projetos que estão em marcha, destaca-se o da Sede da Delegação do Porto – Palácio Cor de Rosa, elemento chave para o desenvolvimento do CASPO. Este projeto conta com a vontade e determinação dos associados como parte integrante da ADFA. É

preciso também potenciar o Programa PADM no qual a ADFA é parceira ativa e comprometida com o Ministério da Defesa Nacional e como todos sabem coordenado tecnicamente pelo CRPG até aos seus limites com a envolvimento das Delegações, desde Bragança aos Açores, não esquecendo todos aqueles que estão mais longe e os mais vulneráveis, incluindo os que vivem nos antigos teatros de guerra: Guiné, Angola e Moçambique. Temos de entender com clareza que estamos a viver um processo de envelhecimento, não podendo ignorar os obstáculos que cada um de nós trava diariamente com o avançar da idade, com o agravamento da deficiência e com a natural desagregação familiar. Por isso, precisamos de pisar terreno seguro com unidade e coesão. Assim se deve manifestar o elevado sentido de responsabilidade da nossa instituição. Deve-se, por isso, agora, dar encaminhamento, operacionalizando as conclusões do Estudo do Grupo de Missão, uma tarefa difícil, que garanta a sustentabilidade da ADFA e que perdure ao longo do tempo.

É um imperativo para a defesa dos direitos reforçar ainda mais a representatividade e a participação. Participar nos diversos Conselhos Consultivos – dos Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, dos Antigos Combatentes, do Lar Militar, dos Conselhos Municipais para a Integração das Pessoas com Deficiência, das Redes Sociais Locais. Como todos sabem, o papel dos mass media é fulcral nas novas sociedades quer em termos de divulgação, quer em termos de formação e o recurso às tecnologias de informação é hoje fundamental. O papel do jornal ELO está a atin-

gir uma nova fase decisiva recorrendo ao online, com o objetivo de criar um portal da ADFA para divulgação da atividade da Associação sendo um meio imprescindível para aumentar a solidariedade dos nossos associados e um veículo indiscutível para sensibilizar a sociedade civil e os poderes políticos sobre a importância da ADFA e dos seus associados e na defesa dos direitos humanos e universais. Falamos em Direitos Humanos. Tendo sido a ADFA agraciada pela defesa dos Direitos Humanos queremos reafirmar que assumimos junto da sociedade portuguesa e através da FMAC e do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos a defesa, de forma intransigente, desses Direitos e tudo faremos para que os mesmos sejam respeitados de forma intransigente.

É um imperativo garantir os direitos reforçando-os e defendendo a dignidade de cada um de nós. Exige-se agora capacidade de priorização das questões. Temos de nos interrogar: afinal qual é a dúvida? Não podemos inverter o ónus da questão e por isso declaramos solenemente, “afinal o que é que eu ainda devo fazer pela ADFA e não, o que é que a ADFA faz por mim”.

Caros camaradas, desde 14 de maio de 1974, a ADFA tudo fez para não nos acontecer aquilo que sofreram os homens da I Guerra Mundial, abandonados e votados ao ostracismo. Todos nós fomos construindo, pedra a pedra, uma grande obra. Estamos determinados e com a maior convicção e combatividade, a atingir os objetivos a que nos propomos para o presente e para o futuro da ADFA. Sejamos todos a favor e dignos dos ventos da história da ADFA.

Especial

Quinta das Camélias

A Quinta das Camélias-PM 41 foi cedida à ADFA, a título oneroso, em Despacho Conjunto n.º 190/99 do Ministro da Defesa Nacional e do Ministro das Finanças, publicado no Diário da República n.º 51, II Série, de 2 de março, sendo autorizada à Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) a cessão definitiva das instalações militares designadas por "Quartel do Lumiar à Quinta das Camélias", com uma área de 5895 m² (2330 m² de área coberta e 3565 m² de área descoberta), sita na Alameda das Linhas de Torres, S/N, em Lisboa mediante uma compensação financeira, a liquidar pela ADFA, nos termos definidos no Despacho. A ADFA, a título de amortização, pagou ao Ministério da Defesa Nacional (MDN) uma primeira tranche no valor de 64.843,73€ e uma segunda no valor de 249.398,95€, não tendo prosseguido o pagamento por falta de verbas, o que arrastou este processo até ao presente, faltando liquidar o montante de 334.194,59€.

As últimas Direções Nacionais da ADFA têm vindo a tentar encontrar uma solução para a utilização da Quinta das Camélias que tem de passar, obrigatoriamente, pelo pagamento integral do imóvel ao MDN, para efetuar a respetiva escritura em nome da ADFA.

Neste âmbito, a ADFA conseguiu o apoio da Câmara Municipal de Lisboa (CML) através, na altura, da EPUL-Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, em 2010, para a elaboração de um projeto susten-

tado que incluía uma área de residências assistidas e outra parte para venda, cujo reembolso sustentaria as despesas na edificação do projeto da área social. Este projeto foi apresentado pelos técnicos da EPUL ao Conselho Nacional da ADFA, em 24 de março de 2011.

Apesar de a ADFA ter conseguido incluir no PDM da cidade de Lisboa a alteração para construção habitacional na Quinta das Camélias, este projeto não teve sequência dado que a EPUL foi extinta, passando o seu património e responsabilidades para a CML.

A ADFA, no entanto, continuou as conversações com a CML, no sentido de ser aceite um protocolo de cooperação, no âmbito do aproveitamento social da Quinta das Camélias, tendo sido em Sessão de Câmara, de 9 de setembro de 2015, aprovado, por unanimidade, a celebração de protocolo de colaboração com a ADFA. Assim, no prosseguimento do processo de reapreciação/utilização da estrutura da Quinta das Camélias, a Direção Nacional analisou, em dezembro de 2015, os desenvolvimentos de parceria com a CML, com o objetivo de dar substância ao protocolo de cooperação que, numa primeira fase, passará por obras de recuperação e beneficiação dos imóveis, no âmbito do programa da CML de apoio aos refugiados para a criação de um centro de acolhimento de transição. As obras efetuadas serão aproveitadas para o futuro Centro de Apoio Social Integrado do interesse

da ADFA e da CML, a serem objeto de protocolo específico a subscrever.

Em 19 de fevereiro de 2016, foi inaugurado, na Quinta das Camélias, pelo Presidente da CML, o Centro de Refugiados. A inauguração deste centro de refugiados constituiu a primeira fase do protocolo de cooperação entre a ADFA e a CML, como atrás ficou referido.

A Direção Nacional deu conhecimento à DGRDM do desenvolvimento deste processo de cooperação com a CML, que passará pela resolução da obtenção da titularidade do terreno a favor da ADFA. Na Assembleia Geral Nacional, de 16 de abril de 2016, a Direção Nacional solicitou um voto de confiança para continuar os trabalhos em cooperação com a CML, destinados a encontrar uma solução sustentada para implementar, na Quinta das Camélias, o projeto social, em bases semelhantes ao que foi apresentado no Conselho Nacional da ADFA, de 24 de março de 2011.

Com o voto de confiança da Assembleia Geral Nacional de 16 de abril de 2016, a Direção Nacional continuou a solicitar o apoio técnico da CML, tendo no dia 25 de novembro de 2016, assinado um protocolo específico com o Pelouro dos Direitos Sociais da CML, que define as linhas gerais para concretizar o projeto da ADFA na Quinta das Camélias, sem pôr em causa o Centro de Refugiados.

No âmbito desta cooperação entre a ADFA e CML foi aceite vir a celebrar um Contrato Promessa de Arrendamento

não Habitacional, destinado a formalizar a utilização de parte da Quinta das Camélias com o Centro de Refugiados e criar as condições para alcançar os objetivos a que a ADFA e a CML se propuseram.

A proposta de Contrato Promessa de Arrendamento Não Habitacional foi analisada e discutida em reunião com os Órgãos Sociais Nacionais e alguns associados com conhecimentos nesta matéria, em 8 de novembro de 2016, tendo o mesmo sido aprovado na generalidade.

No dia 10 de novembro, a Direção Nacional aprovou a proposta do Contrato Promessa de Arrendamento Não Habitacional, de parte do imóvel da Quinta das Camélias à CML destinada "exclusivamente, a ser utilizado para funcionamento do centro de acolhimento de refugiados e centro de recursos municipais, entre outras valências."

No dia 14 de dezembro, a Direção Nacional tomou conhecimento que a Assembleia Municipal da CML, a realizar no dia 21 de dezembro de 2016, pretende aprovar a celebração de contrato promessa de constituição de direito de superfície sobre parte, a autonomizar, da Quinta das Camélias, entre a ADFA e a CML, pelo prazo de 20 anos.

A ADFA aguarda, neste momento, que a Assembleia Municipal da CML aprove a celebração deste contrato promessa de constituição de direito de superfície sobre parte, a autonomizar, da Quinta das Camélias com a ADFA, que implicará a liquidação à ADFA do valor de 334.194,59€.

Livro dos 40 anos da ADFA

O Trabalho de elaboração do Livro dos 40 anos, empenhamento de toda a ADFA e muito em especial das Delegações, foi desencadeado após a deliberação do Conselho Nacional Extraordinário de 3 de dezembro de 2011, realizado na Sede Nacional, que decidiu o seguinte: "Finalmente, foi evocado o espólio da ADFA nas suas diferentes vertentes. Considera-se que existe um grande manancial de informação que se encontra disperso e há todo o interesse em preservá-lo. No entanto, é necessário ir mais além na divulgação de todo esse material. Nesse sentido, foi apresentada uma proposta para que a ADFA proceda à preparação de um projeto que realize a História da ADFA. Esta proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação".

Após todas as reuniões desenvolvidas desde 2012 e o trabalho específico da Comissão de Redação, a ADFA chegou a acertar com a editora Gradiva a edição do nosso livro o que não veio a ser possível, por indisponibilidade desta editora que nos foi comunicado em 21 de julho de 2016. De imediato foram desencadeados contactos para encontrar outra editora contando para tal com a colaboração do jornalista Dr. Carlos Pessoa que, desde 2015 vem trabalhando com a Comissão de Redação na revisão de textos e apresentação gráfica dos mesmos. Em 8 de setembro de 2016, a ADFA acordou com as "Edições Parsifal" a elaboração do nosso livro, prevendo-se o seu



lançamento no âmbito do 43º Aniversário da ADFA, em 2017.

A 13 de outubro de 2016, a Direção Nacional decidiu adjudicar em 15 de novembro, à Editora "Edições Parsifal" a edição e impressão do livro da ADFA, para 3000 exemplares com o seguinte orçamento:

- Orçamento Total: 31.634,00€ + IVA à taxa legal em vigor;
- Sendo o pagamento efetuado da seguinte forma:
 - a) Pagamento de 30% no ato de adjudicação do trabalho;
 - b) Pagamento de 40% até uma semana antes do envio das artes finais para a tipografia;
 - c) Pagamento de 30% até 30 dias após a entrega do livro impresso.

Em 14 de novembro de 2016, a Direção Nacional em entrevista com o professor Eduardo Lourenço e, a nosso pedido, aceitou prefaciar o Livro da ADFA, o que

nos honra a todos e valoriza excepcionalmente a obra fruto do trabalho de todos nós, desde 14 de maio até ao presente, e que o livro da ADFA marcará bem este nosso itinerário.

A situação atual:

- a) Foram já enviados para a Editora "Edições Parsifal" os capítulos II, IV e V;
- b) Por proposta da Editora estamos, neste momento, a analisar proposta de capa e contracapa, numa perspetiva alargada, que no dia 14 de dezembro, na Sede Nacional, em reunião dos associados mais ligados a este trabalho, será tomada decisão definitiva.
- c) Pensamos que até final de dezembro serão enviadas à Editora os capítulos VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, IVX e XV, que se encontram em revisão com o nosso colaborador, Dr. Carlos Pessoa.
- d) O Capítulo I – relativo "Angústia e sofrimento – Efeito de destruição da Guerra", elaborado basicamente pelos

associados Ludgero Sequeira e Santa Clara, está a ser concluído.

e) O Capítulo III – relativo às Delegações, que está a ser redigido pela Delegação do Porto prevê-se a sua entrega até ao final de dezembro de 2016.

f) O nosso espólio fotográfico esta a ser tratado pela colaboradora Dra. Paula Afonso - CDI, com a prestimosa colaboração do associado Farinho Lopes, o que neste momento nos possibilita já a recolha e seleção das fotografias para a maior parte dos capítulos, sendo, no entanto, está tarefa morosa e que está a exigir um grande esforço e despendido de verbas, no sentido de, enviar para a editora os vários cadernos fotográficos até 15 de janeiro de 2017.

Nota: a Direção Nacional aproveita para solicitar a todos os associados, membros deste conselho, para disponibilizarem/empréstimo fotografias da Guerra Colonial e da vivência da ADFA, com o objetivo de conseguirmos fotografias inéditas ainda não publicadas no ELO ou noutras obras.

g) A venda do livro da ADFA é fundamental para equilibrarmos o orçamento de 2017, solicitando a Direção Nacional, desde já, ideias e contributos para o lançamento e venda pelas Delegações e outras instituições amigas da ADFA.

Por indicação inicial da Editora Gradiva, desde 2015, que a ADFA tem contado com a prestimosa colaboração profissional e solidária do jornalista, Dr. Carlos Pessoa, que até hoje não recebeu qualquer verba, o que teremos de ter em conta durante o ano de 2017.

Definição das Áreas Geográficas de Intervenção dos Técnicos da Equipa de Implementação



PADM

PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

Área geográfica	Técnico/a
Distrito de Bragança Todos os concelhos	Carmina Gomes T. 925 604 523 carmina.gomes@padm.cprg.pt Polo Porto
Distrito de Vila Real Todos os concelhos	
Distrito de Viana do Castelo Todos os concelhos	
Distrito de Braga Todos os concelhos	
Distrito do Porto Todos os concelhos	Vera Silva T. 960 076 911 vera.silva@padm.cprg.pt Polo Porto
Distrito Aveiro Concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Murto, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira e Vale de Cambra	
Distrito de Aveiro Concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos	
Distrito de Viseu Todos os concelhos	
Distrito da Guarda Todos os concelhos	
Distrito de Coimbra Todos os concelhos	
Distrito de Castelo Branco Todos os concelhos	Norberto Simões T. 960 076 902 norberto.simoese@padm.cprg.pt Polo Coimbra
Distrito de Leiria Concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão, Pombal	
Distrito de Portalegre Concelhos de Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão, Nisa e Portalegre	
Distrito de Leiria Concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós	
Distrito de Lisboa Todos os concelhos	
Distrito de Santarém Todos os concelhos	Ana Machado T. 917 365 357 ana.machado@padm.cprg.pt Polo Lisboa
Distrito de Setúbal Todos os concelhos	
Distrito de Portalegre Concelhos de Arronches, Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Elvas, Fronteira, Monforte, Ponte de Sôr e Sousel	
Distrito de Évora Todos os concelhos	
Distrito de Beja Todos os concelhos	
Distrito de Faro Todos os concelhos	Natércia Raposo T. 960 081 716 natercia.raposo@padm.cprg.pt Polo Lisboa
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países	
Região Autónoma da Madeira	
Região Autónoma dos Açores	Idalina Freitas T. 968 581 300 idalina.freitas@padm.cprg.pt Polo da Madeira
	Maria Botelho T. 960 076 876 maria.botelho@padm.cprg.pt Polo dos Açores

Notícias

Conselho Consultivo para as Pessoas com Necessidades Especiais da CP

A ADFA participou na reunião do Conselho Consultivo para as Pessoas com Necessidades Especiais da CP, realizada no dia 22 de novembro, em Lisboa.

A abertura dos trabalhos coube ao presidente do Conselho de Administração da CP, Manuel Queiró. Teve depois lugar a intervenção do conselheiro para os clientes com necessidades especiais, António Neves, a apresentação das melhorias implementadas no Serviço Integrado de Mobilidade (SIM) e um período de intervenções dos representantes das instituições presentes, entre as quais a ADFA, que esteve representada pelo presidente José Arruda.

O presidente do Conselho de Administração da CP congratulou-se com a participação das associações e realçou a importância do Conselho, que "funciona com base na recolha do conhecimento empírico dos diversos parceiros e na troca de experiências", afirmando que "só com a troca de experiências poderá haver melhorias".

O conselheiro para o (CNE), António Neves, referiu-se ao transporte de scooters de mobilidade e considerou ser um veículo em expansão, referindo ter realizado contactos com a CNOD, APD e ADFA sobre a necessidade de regulamentação desta matéria. Ainda sobre este assunto, realçou que em maio decorreu uma reunião de trabalho no INR, que contou com representantes da CP, da IP e do IMT.

Apelou à intervenção das associações, com o envio de ideias ou sugestões à CP.

Foram também apresentadas as principais melhorias introduzidas no Serviço Integrado de Mobilidade (SIM), que desde março abrange clientes sem cadeiras de rodas, permitindo reduzir o período de antecedência necessária para requisição de 24h para 12h, tendo alargado de 60 para a totalidade das estações e comboios a assistência prestada pela CP para aqueles clientes.

O SIM para cliente com cadeiras de rodas, com entrada em vigor no final de 2016, passou-se de 60 estações com restrições horárias para 127 estações, em que só 18 têm restrições horárias, com a prestação de assistência no embarque e desembarque destes clientes.

Qualquer cliente pode agora fazer a requisição do SIM por correio eletrónico.

A ADFA referiu a existência de um aumento de utilização de scooters pelos associados e comentou que no desconto aplicável às Forças Armadas, os 75% de desconto dos militares não correspondem a 75% do valor do preço de bilheteira. A CP esclareceu que "este assunto é genérico a todos os militares e não apenas aos associados da ADFA e que decorre da legislação nacional", sendo ainda acrescentado que "a ADFA está abrangida pelos termos do desconto CP/INR e que os CNE têm sempre 75% de desconto em todos os comboios da CP, desde que portadores de um grau de incapacidade igual ou superior a 80%".

Contactos institucionais

A ADFA continuou o seu trabalho de contactos institucionais e são diversos os eventos em que a Associação se desdobra, através dos seus representantes.

ASSOCIATIVISMO SOCIOPROFISSIONAL DOS MILITARES

No dia 7 de dezembro realizou-se, no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República, em Lisboa, uma Sessão Evocativa do 15º aniversário da publicação das leis que reconheceram o direito de associação profissional dos militares.

No primeiro painel, intitulado "A Perspetiva Parlamentar e Legislativa", com representantes dos partidos com assento parlamentar, o jornalista Carlos Varela foi o moderador.

No segundo painel, sob o tema "A Perspetiva Jurídico-Constitucional, Institucional e Sociológica", os oradores foram o constitucionalista Guilherme da Fonseca, o juiz Bernardo Colaço, o sindicalista Rui Raposo, o militar Anyónio Campos Gil e o sociólogo Carvalho da Silva, com moderação do jornalista Armando Seixas Ferreira.

O presidente e o terceiro vogal da Direção Nacional, José Arruda e Luís Pereira, representaram a ADFA nesta Sessão Evocativa.

XX CONGRESSO DO PCP

O presidente José Arruda e o terceiro vogal Luís Pereira, bem como o presidente da Direção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, constituíram a delegação da ADFA na Sessão de Encerramento do XX Congresso do Partido Comunista Português, que se realizou no dia 4 de dezembro, no Complexo Municipal de Desportos da cidade de Almada.

Desporto

Rescaldo de 2016

FOTO: ARQUIVO ADFA



No ano de 2016 as participações da Equipa de Ciclismo da ADFA-Tortas de Azeitão foram as possíveis e pensamos que cumprimos, pese embora as dificuldades a que obriga uma participação numa competição de Ciclismo de estrada ou de BTT, por vezes com deslocação a centenas de quilómetros, não dispensa uma inscrição prévia dos ciclistas, com custos entre

12,00 e 20,00 euros, que só nalguns casos inclui almoço.

Há que ter em conta que para estar preparado é quase obrigatório um treino muito regular ou mesmo diário, sujeitando os ciclistas ao rigor do tempo, chuva, vento, ou sol forte, consoante a estação do ano, não contando com a despesa do desgaste de material das bikes, que é

uma "pipa de massa". Só duas as coisas nos fazem andar neste desporto: fazer parte da nossa reabilitação e gostarmos do que fazemos, embora nos tempos que correm seja cada vez mais difícil juntar oito ou dez elementos da Equipa, como já aconteceu em épocas anteriores, o que leva a que por vezes alinhe apenas um ou dois elementos da equipa, garantindo, no entanto, que a ADFA tem sido representada sempre com toda a dignidade.

Em certos locais onde a equipa da ADFA se tem deslocado temos encontrado associados que já nos esperam, porque normalmente é publicado no jornal ELO o local da prova e até já temos sido convidados para almoçar porque alguns fazem questão disso e sentem-se lisonjados pela presença da Associação. O único "elo de ligação" com a ADFA é mensalmente o nosso jornal, que "faz jus ao nome". Essa ligação prolonga-se no contacto com a Equipa da ADFA-Tortas de Azeitão durante as provas. A presença dos associados é sempre importante e incentivadora para o nosso melhor desempenho.

Embora não seja tarefa fácil, em 2017 pensamos dar continuidade ao Ciclismo porque "faz mais quem quer que quem pode". Pensamos adoptar novas medidas, ou seja, incluir na Equipa ciclistas não associados, de preferência antigos combatentes da Guerra Colonial, para manter o escalão etário em que alinhamos. Para isso, contamos com a generosidade de Francisco Janeiro, presidente da Delegação de Lisboa, que aceitou a Equipa de Ciclismo que transitou da parte Nacional. Nos equipamentos (vestuário) a Equipa tem sido patrocinada pela Tortas de Azeitão, apoio que a ADFA agradece, na pessoa do senhor António Martins, que nos apoia há mais de dez anos.

O que vem a seguir o tempo dirá e a ADFA colherá o que semear.

A prática desportiva mantém o corpo são e a mente limpa. No Ciclismo estamos em permanente contacto com a natureza, sempre em convívio na Equipa, levando o emblema e as cores da ADFA a todo o lado.

DESPORTO, DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO PELA LEITURA

Dia Mundial do Braille celebrado na Biblioteca Nacional

O lançamento do novo livro de Telma Monteiro, "Na Vida com Garra", em edição Braille, ocorreu no dia 4 de janeiro, data em que mundialmente se evoca o nascimento do criador do sistema de leitura e de escrita Braille. O evento cultural teve lugar na Biblioteca Nacional, em Lisboa, e a ADFA esteve representada pelo secretário da DN, José Pavoeiro. A editora Manuscrito, a autora e atleta Telma Monteiro e a Biblioteca Nacional de Portugal celebraram o Dia Mundial do Braille com a apresentação do livro em versão Braille.

No evento estiveram o também judoca paralímpico Miguel Vieira e a diretora da Biblioteca Nacional de Portugal, Inês Cordeiro.

O livro de Telma Monteiro estará disponível na Biblioteca Nacional numa versão Braille que pode ser requisitada gratuitamente por leitores cegos e com baixa visão de todo o País. Tal como outros livros da Manuscrito, "Na Vida com Garra" também está disponível em versão ebook, igualmente acessível a leitores cegos e com baixa visão.

Esta obra da judoca Telma Monteiro é o terceiro livro Manuscrito a ser disponi-

bilizado em Braille na Biblioteca Nacional, depois de "Viver a vida a amar", de Fátima Lopes, e "Liberta-te de pensamentos tóxicos", de Rute Caldeira.

O dia 4 de janeiro assinala o nascimento de Louis Braille, o criador do sistema de leitura e de escrita Braille, que permite através do toque facilitar a vida das pessoas cegas e a sua integração na sociedade. Louis Braille ficou cego aos 3 anos de idade e aos 20 anos conseguiu formar um alfabeto com diferentes combinações de 1 a 6 pontos que se alastrou pelo mundo e que ainda hoje é usado como forma oficial de escrita e de leitura das pessoas cegas, em diversos suportes como livros, folhetos, medicamentos, cd, dvd, entre muitos outros.

O Braille é composto por 64 sinais, gravados no papel em relevo. Estes sinais são combinados em duas filas verticais e justapostas, à semelhança de um dominó ao alto. A leitura faz-se da esquerda para a direita.

Nota da redação - O ELO dará mais aspetos desta notícia na próxima edição, visto que o evento decorreu no dia de fecho desta edição.



FOTO: FARINHO LOPES

Formação de Corfebol na Sede Nacional da ADFA

FOTO: JOSÉ PAVOEIRO



Realizou-se no dia 4 de dezembro, na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, a segunda ação de formação de Secretários-Técnicos 2016, que contou com a presença de quase 70 pessoas.

O Corfebol existe em Portugal desde 1982 e conta com cerca de mil atletas federados. Conta agora com 12 clubes inscritos, havendo maior predominância de atletas na zona de Lisboa.

Sendo o Corfebol Português reconhecido internacionalmente, as seleções nacionais têm conseguido "excelentes resultados" nas competições internacionais, em todos os escalões, como informa a Federação da modalidade.

Atualmente, os maiores clubes são o Núcleo de Corfebol de Benfica, o Clube Carnaxide Cultura e Desporto, o Clube de Corfebol de Oeiras, o Club Internacional de Foot-ball, o Clube Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos, o Korfbal Lisbon Project, o Grupo Desportivo dos Bons Dias e o Clube Cultural e Recreativo do Alto do Moinho.

Saúde e bem-estar

Alimentação no Inverno

Entrámos oficialmente na estação do Inverno. Várias são as preocupações desta época do ano, onde se incluem a gestão do peso corporal e a hidratação.

No seguimento dos temas que temos vindo a abordar, é sabido que guias como a Pirâmide da Dieta Mediterrânica ou a Roda dos Alimentos nos transmitem recomendações que devem ser aplicadas diariamente. Os excessos alimentares poderão acontecer esporadicamente, e se assim for, não causarão danos no peso corporal, na saúde e no bem-estar.

Assim, preocupemo-nos em garantir uma ingestão nutricional de qualidade e mantermo-nos bem hidratados.

A sazonalidade dos alimentos (no nosso País), principalmente em termos de hortícolas e frutos, ajuda-nos a perceber exatamente quais os alimentos que devem ser ingeridos no Inverno. De salientar os grelos, as nabijas, a couve-de-bruxelas, a couve portuguesa, a couve-galega, os espinafres, os brócolos, o kiwi, citrinos como a laranja e o limão... Que assumem um papel essencial na proteção de gripes e constipações, pelo que devem ser ingeridos regularmente.

Aqueles que existem todo o ano, como a banana da Madeira, a cenoura, a cebola, o alho, naturalmente que a sua ingestão deve ser mantida, quer frescos quer cozinhados.

As bebidas, sobretudo se aquecidas, tornam-se excelentes aliadas para garantir uma boa hidratação. Em ambientes frios a sensação de sede está diminuída, por estes motivos, tenha sempre disponíveis chás, infusões, tisanas, cevada e café sem açúcar adicionado para beber ao longo do dia. Pelo facto de terem sabor e serem consumidas, habitualmente, quentes, favorece a vontade de beber.

Às refeições, sempre que possível, inclua também uma bebida quente: leite, chá ou cevada, sopa de legumes e hortaliças, café.

Neste Inverno, proteja-se do frio com a alimentação.

Se desejar mais informação, esclarecer dúvidas ou partilhar a sua opinião sobre o tema, envie e-mail para secretaria.porto@adfa.org.pt.

Ângela Henriques

Nutricionista da Delegação do Porto



Medicina Chinesa

Reforçar o Corpo no Inverno

O Inverno é uma estação de conforto, de repouso, de apoio, de segurança e de proteção da nossa própria vida. É importante proteger e reforçar o sistema de defesas do nosso corpo no Inverno. Geograficamente Portugal encontra-se junto a uma costa, ou seja, vamos estar mais predispostos ao frio, á humidade e ao vento que vão enfraquecer o nosso organismo.

Para a Medicina Chinesa cada estação do ano corresponde a um movimento dominante. O Inverno está associado ao movimento Água representado pelos meridianos do Rim e da Bexiga.

O meridiano ou canal de energia do Rim começa na planta do pé, logo não é aconselhável andar descalço em pisos frios porque podemos desenvolver mais

rapidamente doenças, tais como reumatismo, gripes, amigdalites, problemas de ouvidos.

No Inverno é comum doerem ainda mais as articulações, os músculos e os tendões. As articulações alargadas, deformadas e inflamadas é um fenómeno muito visível. É necessário aumentar a energia do Rim para expulsar o vento, a humidade e o frio do organismo.

A Medicina Chinesa previne e equilibra a evolução da doença, com o recurso de Fitoterapia (ervas chinesas) e de Acupuntura.

Algumas dicas para reforçar o organismo no Inverno:

- É recomendado manter os Rins aquecidos e protegidos com roupa adequada, uma vez que estes es-

tão ligados à nossa força vital. As doenças de frio beneficiam de calor;

- É aconselhado fazer escalda-pés com sal antes de ir dormir, para que os pés se aqueçam e consequentemente o corpo beneficie do calor;
- Para prevenir e tratar gripes pode tomar chá com casca de limão, pau de canela e gengibre, adicionando uma colher de mel no final;
- Se sentir frio agasalhe bem o seu corpo;
- Use meias quentes, use um cachecol para proteger o pescoço;
- Faça exercício ou caminhadas regularmente;
- Tenha uma alimentação equilibrada e com alimentos de várias cores.

Ana Catarina Silva, terapeuta formada em Medicina Tradicional Chinesa pelo Instituto Português de Naturologia



AUDITÓRIO JORGE MAURÍCIO

SEDE NACIONAL DA ADFA

COLÓQUIOS
EXPOSIÇÕES FESTAS
REUNIÕES DE CONDOMÍNIO

Contactos: Serviço de Apoio Financeiro
Tel.: 21 751 26 14 | Fax: 21 751 26 69 | Mail: saf@adfa-portugal.com



Notícias

Novo chefe do Estado-Maior da Armada tomou posse

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, conferiu posse, em cerimónia no Palácio de Belém, em Lisboa, ao chefe do Estado-Maior da Armada, almirante António Silva Ribeiro, no dia 10 de dezembro.

O almirante António Silva Ribeiro, de 59 anos, discursou no dia 12 de dezembro perante as hierarquias da Armada, após receber as honras militares e ser saudado com uma salva de 19 tiros pelo navio de patrulha oceânica Viana do Castelo, desde o rio Tejo, junto às instalações da Ribeira das Naus. Silva Ribeiro anteriormente desempenhou funções como diretor-geral da Autoridade

Marítima Nacional (AMN), comandante-geral da Polícia Marítima, superintendente do Material, diretor-geral do Instituto Hidrográfico, subchefe do Estado-Maior da Armada, secretário do Conselho do Almirantado e vogal da Comissão Consultiva de Busca e Salvamento, além de ser professor catedrático convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

O Chefe do Estado condecorou ainda, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, o almirante Luís Macieira Fragoso, que deixou a função de chefe do Estado-Maior da Armada.



FOTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Informações

ALBERTO PINTO

Tel.: 21 751 26 40/21 751 26 00 • TM: 91 618 6540

Das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00 (pessoalmente ou através do telefone ou email: alberto.pinto@adfa-portugal.com)



A ADFCAR dispõe de informações e venda da VW, Audi e Skoda, e também para a Mercedes, Ford, Citroën, BMW, Honda e Toyota.

Table listing Audi models such as Audi A 1 Sportback, Audi A 3 Sportback, Audi A 3 Limousine, Audi A 4 Limousine, Audi A 4 Avant, Audi A 5 Sportback, and Audi A 6, along with their base and public prices.

Table listing Volkswagen models such as Volkswagen Polo, Volkswagen Golf, Volkswagen Golf Variante, Volkswagen Jetta, Volkswagen Passat, Volkswagen Passat Variant, Volkswagen Tiguan, Volkswagen Sharan, Volkswagen Touran 7 Lugares, Volkswagen Beetle, Volkswagen Beetle Elétricos, and Volkswagen Jetta, along with their base and public prices.

Table listing Volkswagen models such as Volkswagen Passat, Volkswagen Passat Variant, Volkswagen Tiguan, Volkswagen Sharan, Volkswagen Touran 7 Lugares, Volkswagen Beetle, Volkswagen Beetle Elétricos, and Volkswagen Jetta, along with their base and public prices.

Table listing Skoda models such as Skoda Fabia MY 17, Skoda Rapid Spaceback 17, Skoda Octavia, Skoda Octavia Break MY17, Skoda Superb MY 17, Skoda Superb Break, and Skoda Yeti Outdoor, along with their base and public prices.

CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

A Direção da Delegação do Porto enviou uma carta a todos os associados que lhe estão afetos, convidando-os a aderirem à Campanha de Angariação de Fundos para as obras das instalações. Como podem os associados contribuir?

Aderindo a esta campanha da seguinte forma: Preencher a autorização com o montante mensal da sua participação, devolvendo-a à Delegação devidamente assinada; Efetuar donativos, escolhendo o momento e o montante da sua participação.

Os montantes necessários são de alguma monta, mas se cada associado contribuir durante os próximos doze meses com importâncias correspondentes, atendendo aos objetivos e necessidades em causa, conseguiremos melhores condições de funcionalidade da nossa Delegação. O contributo dos associados doutras Delegações também é bem-vindo, podendo ser feito através de conta aberta para o efeito. Muitas centenas de associados já aderiram, se ainda não o fez, faça-o pois só com o contributo de todos é possível realizar esta obra. O IBAN da conta para onde podem efetuar os donativos é: PT50 0035 0214 0002 6507 530 67.



Associação dos Deficientes das Forças Armadas



PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

FICHA TÉCNICA
PROPRIEDADE E EDIÇÃO:
Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA
Pessoa Coletiva n.º 500032246
Email – jornal.elo@adfa-portugal.com
Internet – http://www.adfa-portugal.com
Direção, Administração, Edição e Redação
Av. Padre Cruz
Edifício ADFA – 1600-560 LISBOA
Telefone – 21 751 26 00
Fax – 21 751 26 10
DIREÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO
José Arruda, Manuel Lopes Dias, José Pavoeiro, Ludgero
Sequeira, Carlos Fanado, Luis Pereira, Ferreira da Silva
DIRETOR – José Diniz
REDAÇÃO
Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 3693);
Fotógrafo/Jornalista: Farinho Lopes (cart. prof. 4144);
Coordenação Gráfica: Ivo Mendes

CORRESPONDENTES Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), José Girão (Coimbra), Manuel Branco (Evo-
ra), Aníques Carvalho (Famalicão), José Mestre (Faro), Francisco Janeiro
(Lisboa), João Nobre (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal) e
João Gonçalves (Viseu)
COLABORADORES PERMANENTES: MC Bastos (Episódios), António
Cardoso (Informática), Ângela Henriques (Nutricionista Delegação do Porto),
Natércia Raposo (Serviço de Ação Social Nacional), Helena Afonso (Serviço
de Apoio Jurídico Nacional), Manuel Ferreira (Museu da Guerra Colonial),
Paula Afonso (Centro de Documentação e Informação), Ana Catarina Silva
(Terapeuta de Medicina Tradicional Chinesa).
ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Fax: 21 751 26 10
IMPRESSÃO: FIG - Industrias Gráficas, S.A. – Rua Adriano Lucas, 3020-265
Coimbra
E-mail: fig@fig.pt – Tel.: 239 999 922
REGISTO DA PUBLICAÇÃO NO ICS – 105068/77 Depósito Legal –
99595/96
ASSINATURA ANUAL – 7,00 euros.
Tiragem deste número 9000 ex.
Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da
Direção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da res-
ponsabilidade das direções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

A Fechar

CONSELHO NACIONAL PARA AS POLÍTICAS DE SOLIDARIEDADE, VOLUNTARIADO, FAMÍLIAS, REABILITAÇÃO E SEGURANÇA SOCIAL (CNPSSS)

Novo órgão consultivo em discussão pública

Está agora em discussão pública a proposta de diploma que fixa a composição, as competências e o modo de funcionamento do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Famílias, Reabilitação e Segurança Social (CNPSSS), um órgão consultivo que integra as atribuições dos seguintes organismos: Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Conselho Nacional de Segurança Social, Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, Comissão para a Promoção de Políticas de Família e Conselho Consultivo das Famílias.

O objetivo é “garantir uma adequada e eficiente articulação entre o governo central, regional e local com os

parceiros sociais e demais entidades representativas das associações e outras entidades da sociedade civil, de forma a promover uma ampla participação de todos os setores”, reforçando o papel dos órgãos consultivos, “não só no âmbito do acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das políticas públicas, mas também na elaboração de propostas de melhoramento e identificação de áreas de intervenção prioritárias na área da segurança social, das políticas sociais e da família, da inclusão das pessoas com deficiência e do voluntariado”. A ADFA saúda estes desenvolvimentos, realçando a perspetiva da Cidadania que a própria secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência já tinha anunciado na ADFA, em 20 de Setembro do ano passado.

Novidades da Legislação

O Serviço de Apoio Jurídico nacional informou o ELO sobre as novidades legislativas que interessam aos associados e leitores em geral. O que se publica nesta secção não dispensa a consulta integral dos referidos diplomas.

Lei n.º 40/2016, de 19 de dezembro

Procede à alteração ao artigo 5.º do Código do Imposto Único de Circulação (IUC) não podendo a isenção ultrapassar o montante de 240,00€.

A norma contida no n.º 3, do art.º 15, acautela a produção dos efeitos da alteração referida no parágrafo anterior apenas aos veículos adquiridos após a entrada em vigor deste decreto-lei; ou seja a 20 de dezembro de 2016.

O n.º 4, do art.º 15.º que, por comodidade se transcreve, acautela que “A Autoridade Tributária Aduaneira verifica os pagamentos de IUC efetuados por pessoas com deficiência ao abrigo do presente decreto-lei, procedendo à devolução dos valores que tenham sido cobrados em excesso desde o dia 2 de agosto de 2016.”

Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro

Altera o valor da retribuição mínima mensal garantida para 557,00€, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

Portaria n.º 4/2017, de 3 de janeiro

Altera o valor do indexante dos apoios sociais para 421,32€, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro

Aprova o Orçamento do Estado para 2017, do qual se destacam algumas normas, não dispensando a consulta da Lei: 1. O subsídio de natal, em 2017, é pago 50% no mês de novembro e os restantes 50% em duodécimos, ao longo de 2017, pela Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. Está previsto o pagamento integral do subsídio de férias a partir de 2018.

2. Prevê a atualização extraordinária de 10,00€ por pensionista cujo montante global de pensões seja igual ou inferior a 1,5 vezes o indexante de apoios sociais; ou seja 631,98€. O pensionista que receba pelo menos uma pensão que tenha sido atualizada no período de 2011 e 2015, a atualização será de 6,00€.

Esta norma abrange as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência da segurança social e pensões de aposentação, reforma e sobrevivência da caixa geral de aposentações. De realçar que esta atualização está dependente de regulamentação pelo Governo.

3. A lei do OE para 2017 consagra a possibilidade dos fuzileiros deficientes das Forças Armadas, graduados em sargento-mor pelo DL 295/73, que tenham requerido a promoção ao abrigo do DL 134/97, de 31 de maio, e cujos requerimentos foram indeferidos por não terem sido considerados deficientes em data anterior a 1 de setembro de 1975, de poderem, no prazo de 120 dias a contar do dia 1 de janeiro de 2017, requererem a revisão dos respetivos processos.

A ADFA está a acompanhar e a analisar esta matéria, no âmbito da aplicação dos direitos dos deficientes militares. Para esclarecimento, os interessados devem contactar os serviços da Sede Nacional e das Delegações.

4. São alterados os valores a pagar para efeitos de atestado multiuso de incapacidade:

Em junta médica – 25,00€

Em junta médica de recurso – 50,00€

Renovação em processo de revisão ou reavaliação – 5,00€

Renovação em processo de revisão ou reavaliação em junta médica recurso – 5,00€

5. Prevê que são executados os projetos-pilotos no âmbito da vida independente, para pessoas com deficiência ou incapacidade dependentes da assistência por terceira pessoa, baseados em sistemas de assistência pessoal personalizada orientada pelo utilizador.

6. Prevê a eliminação progressiva das barreiras arquitetónicas e que sejam efetuadas as adaptações necessárias a garantir o acesso aos cidadãos de mobilidade reduzida.

7. No âmbito do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, altera-se o artigo 56.º-A, sujeitos passivos com deficiência, sendo que os rendimentos brutos das categorias A e B (rendimentos de trabalho) são considerados, para efeitos de IRS, apenas em 85% (no OE 2016 era 90%) e 90% para o caso da categoria H (pensões) (não se incluem nesta categoria as pensões indemnizatórias auferidas pelos deficientes militares nessa qualidade).

8. O n.º 6, artigo 56.º, do Código do Imposto sobre Veículos, é alterado no sentido de os DFA, ao abrigo do DL 43/76, de 20 de janeiro, com 60% de desvalorização, poderem adquirir veículo com isenção de ISV e com a dispensa da apresentação da habilitação legal para a condução (vulgo carta de condução).

9. O n.º 6, artigo 56.º, do Código do Imposto sobre Veículos, é alterado no sentido de aos DFA, com 60% de desvalorização, poderem adquirir veículo com isenção de ISV e com a dispensa da apresentação da habilitação legal para a condução (vulgo carta de condução).

ADFA solicita audiência ao SEDN

A Associação solicitou ao secretário de Estado da Defesa Nacional, Marcos Perestrello, a marcação de uma audiência, no âmbito das decisões do último Conselho Nacional relativas ao caderno reivindicativo da ADFA.

Fotolegenda



A ADFA está a acompanhar a situação de saúde do antigo Presidente da República Mário Soares e endereça a sua solidariedade à família.

Na foto, o Presidente Mário Soares coloca a insígnia de membro honorário da Ordem do Mérito no estandarte da Associação, em 13 de fevereiro de 1996.

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO NA SEDE NACIONAL – 26 JANEIRO – 14H30

Acidente Vascular Cerebral – o que precisa saber

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é a primeira causa de morte e incapacidade em Portugal. É fundamental reconhecer os sinais e sintomas de alerta de um AVC, de forma a ligar rapidamente para o 112. Só assim pode ter-se acesso a unidades especializadas e receber o tratamento mais adequado.

A Associação vai realizar uma sessão de esclarecimento sobre o tema, “do maior interesse para todos”, que decorrerá no próximo dia 26 de janeiro, pelas 14h30, sob orientação da doutora Lia Lucas Neto, professora auxiliar de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e neurorradiologista no Hospital de Santa Maria.

A ADFA convida os associados, familiares, amigos e colaboradores para virem ao Auditório Jorge Maurício, na Sede Nacional, em Lisboa, e ficarem a saber mais sobre o seu cérebro, sobre o que é um AVC e sobre como preveni-lo.